

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

BRUNA DA SILVA PIRES

REDE DE SEGURANÇA ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE ESCOLAR ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

Araranguá, 30 de maio de 2017

Versão preliminar em análise pela coordenação do curso

BRUNA DA SILVA PIRES

REDE DE SEGURANÇA ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE ESCOLAR ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

Trabalho de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Especialista em Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada à Segurança Pública e Direitos Humanos. Sob a orientação da Professor Doutora Luciana Bolan Frigo.

Araranguá, 2017

Bruna da Silva Pires

Título: Rede de Segurança Escolar: Uma análise sobre a Política de Aproximação entre Polícia Militar e a Comunidade Escolar Através Das Redes Sociais

Trabalho de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Especialista em Tecnologia da Informação e Comunicação aplicada à Segurança Pública e Direitos Humanos.

Orientadora:

Examinador:

Examinador:

Araranguá, 30 de maio de 2017

“Dedico este trabalho ao meu filho
Marco Antonio, meu esposo, meus pais,
irmãos e colegas de profissão.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram e apoiaram a elaboração do presente trabalho.

Agradeço minha família, principalmente minha mãe, sempre solícita para auxiliar na concretização dos meus sonhos.

Agradeço minha orientadora, Professora Dr^a Luciana Bolan Frigo, pessoa motivadora e de notório conhecimento intelectual, demonstrou-se prestativa na realização desse estudo.

Não poderia deixar de agradecer a mestranda Natana Lopes Pereira, sempre presente e atenciosa para solucionar nossos problemas ou simplesmente dirimir nossas dúvidas no transcorrer do curso.

Enfim, agradeço a Deus pela minha vida e força no alcance dos meus objetivos.

“Em todas as coisas, particularmente nas mais difíceis, não se deve esperar semear e colher ao mesmo tempo; é mister uma lenta preparação para que elas amadureçam gradualmente”.

Bacon

RESUMO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 demandou renovação na forma de atuar das polícias no país. Com isso, a Filosofia de Polícia Comunitária foi difundida a fim de solucionar os problemas de segurança pública com a participação da população, haja vista os crimes não estarem sendo combatidos com efetividade através do modelo tradicional. Na atualidade, o policiamento comunitário atua de diversas maneiras, dentre elas, por meio da rede de segurança escolar (polícia comunitária escolar). Esse tipo de policiamento é composto por policiais e integrantes da comunidade escolar - pais, alunos, professores e outros funcionários das instituições de ensino – que analisam os problemas, possíveis causas e formas de resolvê-los. Entretanto, existe certa resistência no que diz respeito à presença da polícia militar nas escolas, principalmente entre os adolescentes. Diante deste fato, buscou-se no presente estudo, analisar de que forma as redes sociais virtuais - ferramenta muito utilizada pelos estudantes – podem contribuir na política de aproximação. Assim, foi traçado um perfil da comunidade escolar e qual a influência das informações compartilhadas nas redes sociais virtuais na formação do pensamento, principalmente em relação à polícia militar. Por conseguinte, a análise dos dados demonstrou algumas considerações, a maioria no sentido de que as redes sociais virtuais são importantes ferramentas para aprimorar o policiamento comunitário escolar.

Palavras-chave: Segurança Pública; Filosofia de Polícia Comunitária; Redes Sociais Virtuais.

ABSTRACT

The promulgation of the Federal Constitution of 1988 demanded a renewal in the way police work in the country. With this, a Community Police Philosophy for the Diffusion of Problems of Public Security with a Participation of the Population. At present, the community policing in several ways, among them, through the school safety net. This type of policing is composed of a syllabus and members of the school community - parents, students, teachers and other employees of educational institutions - that analyze the problems, possibilities and ways of solving them. However, there is some resistance regarding police presence in schools, especially among adolescents. In view of this fact, we have tried to analyze how virtual social networks - a very useful tool for students - can help in the approach policy. Thus, a profile of the school community and an influence of the information shared in the virtual social networks in the formation of the thought was drawn, mainly in relation to the military police. Therefore, an analysis of the data has shown some considerations, most of the sense that as virtual social networks are important tools to improve community policing school.

Keywords: Public Security; Philosophy of Community Policing; Virtual Social Networks.

LISTA de ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 (Características dos modelos de polícia) **Erro! Indicador não definido.**8

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CLIC“s – Conselhos de Lideranças Comunitárias

CMC – Comunicação Mediada pelo Computador

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PM – Polícia Militar PMSC – Polícia Militar de Santa Catarina

PNSP – Plano Nacional de Segurança

PROERD – Programa Educacional de Resistência as Drogas

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SENASP – Secretária Nacional de Segurança Pública

TICs – Tecnologias da informação e comunicação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
1.4 QUESTÃO DE PESQUISA.....	17
1.5 OBJETIVOS	17
1.5.1 Objetivo Geral	17
1.5.2 Objetivos Específicos	18
1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 A FORMAÇÃO DA POLÍCIA NO BRASIL.....	20
2.2 MODELOS DE POLÍCIA	22
2.3 ESCOLAS DE POLÍCIA	23
2.3.1 Escola Anglo - Saxônica.....	23
2.3.2 Escola Oriental	24
2.4 O SISTEMA BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25
3 POLÍCIA COMUNITÁRIA	29
3.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA EM SANTA CATARINA.....	34
3.2 POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR	35
3.2.1 Polícia Comunitária Escolar na 1ª Cia do 19º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina...	37
4 REDES SOCIAIS VIRTUAIS	41
4.1 TIPOS DE REDES SOCIAIS VIRTUAIS.....	43
4.1.1 Sites.....	43
4.1.2 Blogs.....	43
4.1.3 Facebook.....	44
4.1.4 Instagram.....	46
4.1.5 Twitter	47
4.1.6 WhatsApp.....	48
4.2 A EDUCAÇÃO E AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS	49
4.2.1 Violência Escolar	52
4.3 PRÁTICAS DE POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS.....	54
5 ANÁLISE DOS DADOS	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67

1 INTRODUÇÃO

O primeiro artigo da Constituição Brasileira de 1988 retrata a condição de um país democrático de direito, onde o povo tem o poder exercido através da representação ou diretamente, nesses termos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: [...]

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988).

As eleições no Brasil, seja ela federal, estadual ou municipal, consolidam esse poder de representação que reafirma a soberania da vontade do povo. No entanto, a restrição imposta à participação democrática repousa sobre a atuação direta nas questões do Estado. Com relação à segurança pública, a participação é fator essencial para a obtenção de resultados eficazes, pois sem articulação entre polícias, prisões e judiciário, inclusive sem o envolvimento da sociedade organizada, não existe eficácia e eficiência nas ações de controle da criminalidade e da violência e nas de promoção da pacificação social. (CARVALHO; SILVA, 2011).

O restringimento da participação direta do povo nos assuntos do Estado possui diversas causas como a limitação de tempo e linhas impostas à pesquisa, dentre elas, destaca-se as limitações físicas necessárias aos processos de participação e propõem-se a utilização das redes sociais e outras ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação como sanadoras dessas restrições, na medida em que diminuem as distâncias físicas, permitindo que ideias e opiniões viagem na velocidade da luz por entre cabos de fibra ótica. (MATOS, 2015).

Desde o ano 2000, quando o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) - que é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança do Brasil - , seguido pela instituição do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) em 2007, tornou-se imprescindível a participação da sociedade na elaboração das políticas públicas voltadas a segurança, por entenderem que a cooperação da sociedade por meio de suas instituições representativas torna-se crucial para o delineamento de qualquer política pública. A complexidade da questão implica na necessidade de efetiva interação social, como forma de democratizar o aparelho estatal no sentido de garantia de uma segurança cidadã. (CARVALHO; SILVA, 2011).

Diante da necessidade de aproximar a população dos problemas de segurança pública, a Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), incentivou a implementação da Filosofia de Polícia Comunitária, que tem como pilares centrais a solução dos problemas sociais com a participação da comunidade e também em efetivar a prevenção criminal. Desde o seu início, a Polícia Comunitária no Brasil tem como ponto de partida o trabalho conjunto das instituições estatais com a população, ou seja, identificando, priorizando e resolvendo juntos os problemas relacionados à segurança pública. (FERNANDES, 2011, p. 72).

Assim, o policiamento comunitário é pautado em ações de prevenção e contribuição da sociedade na resolução dos conflitos sociais, principalmente os que envolvem criminalidade e violência. Em Santa Catarina, os CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança), Rede de Vizinhos Solidários, PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), Rondas Comerciais, e a Ronda Escolar (objeto de estudo do presente trabalho), são programas que incentivam a participação efetiva da população, conforme preconiza os fundamentos da polícia comunitária.

Na área de abrangência da 1ª Cia do 19º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina/Araranguá (19º BPM), os princípios da polícia comunitária escolar, no qual envolve a polícia militar, os pais, alunos, professores e demais funcionários das instituições de ensino público ou privado, são difundidos através da Rede de Segurança Escolar (Ronda Escolar). Contudo, a presença policial nas escolas ainda é considerada estranha a rotina escolar, mesmo que se tenham palestras e visitas nas salas de aula para explicar a atuação da ronda escolar, e conseqüentemente aproximar a comunidade escolar da polícia militar.

Pensando numa forma de inovar ou aprimorar a comunicação com a comunidade escolar, buscou-se no presente trabalho, analisar de que forma as redes sociais virtuais podem auxiliar na aproximação entre a polícia militar e a comunidade escolar. Pois, com o advento de novas tecnologias, fica-se conectado, praticamente 24 horas por dia, mesmo enquanto desempenham-se outras tarefas. Sendo que a participação da sociedade é indispensável à resolução dos problemas relacionados à criminalidade, e as TICs (redes sociais digitais) são as ferramentas úteis para construir uma arena moderna, adequada, eficiente e eficaz para o debate e deliberação desses temas, bem como compartilhar informações de como a polícia e outras instituições de segurança pública atuam, desmistificando alguns entendimentos errôneos sobre o assunto.

Nesse sentido, Marcineiro (2001) entende que o conhecimento é fundamental à evolução para metodologias de trabalho melhores, e a transmissão de conhecimento pelos meios

digitais é muito mais rápida, de baixo custo e com um alcance infinitamente maior. Se boa parte das pessoas dominasse um mínimo de conhecimento da área, possibilitaria que a sociedade participasse de forma efetiva das políticas públicas e as ferramentas de TICs são perfeitas para a transmissão do conhecimento.

Com o propósito de analisar a situação exposta acima, no primeiro capítulo deste trabalho buscou-se apresentar de forma clara e concisa a problematização, questões de pesquisa, a justificativa e objetivos que envolvem o tema.

No segundo capítulo, iniciou-se a fundamentação teórica que contextualizou a formação da polícia no Brasil, os modelos de polícia – destacando aqueles que influenciaram significativamente as polícias brasileiras - e o sistema brasileiro de segurança pública.

No terceiro capítulo, a filosofia de Polícia Comunitária foi estudada de maneira mais específica, buscando compreender como nasceu este tipo de policiamento através das escolas de polícia, e como ele vem sendo praticado no estado de Santa Catarina e na 1ª Cia do 19º Batalhão da Polícia Militar. Nesse capítulo, destacou-se a Polícia Comunitária Escolar, assunto principal deste trabalho.

Por conseguinte, no quarto capítulo aprofundou-se um pouco no estudo das redes sociais virtuais, no qual os tipos são elencados e as influências dessas ferramentas na educação e como elas podem ser utilizadas nas práticas de policiamento comunitário são analisadas. Uma breve abordagem acerca da violência escolar também foi realizada neste capítulo.

Finalmente, no quinto capítulo temos análise dos dados de uma pesquisa qualitativa interpretativa e quantitativa (RAUEN, 2002, p. 146), colhidos através de um questionário.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Atualmente, as políticas públicas de redução da violência no meio escolar, principalmente no Brasil, têm se originado na esfera estadual e municipal. Apesar de serem iniciativas muitas vezes fragmentadas e descontínuas, já existe um considerável acúmulo de experiências dessas políticas que demandam estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia e proporcionar elementos para a formulação de novas orientações.

A Polícia Comunitária Escolar é uma prática oriunda da filosofia de Polícia Comunitária, a qual tem por objetivo formar um elo entre a comunidade escolar e as forças de segurança, trazendo maior aproximação.

Por sua vez, a comunidade escolar é formada pelos professores, servidores, alunos, pais de alunos, comunidade do perímetro escolar, policial militar, Conselho Tutelar, Vara da

Infância e Juventude, Ministério Público, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Educação, prefeituras e administrações regionais, entre outros.

Essa parceria busca melhorar a qualidade de vida da comunidade escolar, proporcionando a integração dos educadores, alunos, policiais militares e demais profissionais, com o intuito de aprimorar a segurança e a educação desenvolvidas nas escolas.

Sendo assim, o presente trabalho busca analisar os resultados positivos e negativos das atividades realizadas pela Rede de Segurança Escolar na área do 19º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina. E ainda, apontar maneiras de melhorar o policiamento de aproximação por meios virtuais (redes sociais, sites, aplicativos,...).

Por fim, o tema proposto é constituído pela busca de meios não convencionais para auxiliar no policiamento comunitário, visando sempre a efetiva prevenção de atos infracionais, crimes ou outras formas de desordem, na comunidade escolar, através das tecnologias de informação disponíveis.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O 19º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, com sede na cidade de Araranguá, mantém o projeto de Rede de Segurança Escolar, conhecido por “Ronda Escolar” e o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)¹. Na prática, estes projetos trabalham para aproximar a Polícia Militar e a comunidade escolar, com o objetivo de prevenir atos ilícitos no ambiente escolar, bem como auxiliar alunos, professores e funcionários. Os policiais que atuam nessa área, além de suas funções constitucionais, ministram palestras formais, e na maioria das vezes, de forma informal nas salas de aula, sobre os seguintes temas: drogas, violência, indisciplina, bullying, motivação, atos infracionais, dentre outros.

Porém, a presença da polícia dentro das escolas, é elogiada por uns e criticada por outros. Entre os adolescentes, principalmente, há certa aversão/rejeição, causada pela convivência em bairros onde a criminalidade é atuante, bem como por não entenderem o objetivo da atuação policial nas escolas ou outros fatores ainda desconhecidos.

Diante da necessidade de um “elo” entre a polícia e a comunidade escolar relutante, a criação de uma fanpage no Facebook (rede social virtual) foi realizada pelo 19º Batalhão da Polícia Militar e PROERD.

¹ O PROERD originou-se em um modelo denominado DARE (Drug Abuse Resistance Education) que surgiu nos Estados Unidos na década de 1990 do século XX e tem por discurso central a educação de crianças nas fases iniciais dos estudos para que não usem de violência e drogas. O modelo foi copiado inicialmente pela Polícia Militar do Estado de São Paulo no final da década de 1990 do século XX, sendo depois adaptado e disseminado para outras policiais militares do Brasil.

Dessarte, é necessário analisar a contribuição efetiva dessas fanpages no policiamento comunitário.

1.3 JUSTIFICATIVA

As ações da Polícia Militar, principalmente no estado de Santa Catarina, são pautadas na Filosofia de Polícia Comunitária, símbolo de modernidade na Segurança Pública. Esta filosofia de trabalho busca estabelecer uma relação sólida de proximidade com a comunidade, levando a população a participar no processo de prevenção criminal, firmando parcerias para recuperar as condições de vida do bairro ou da cidade.

Desde o início da década de 1990, diretrizes e ações de polícia comunitária como Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs), Rondas Comerciais, Programa Vizinho Solidário, Ronda Escolar, Proerd (Programa Educacional de Resistência as Drogas), dentre outros, foram implantados em Santa Catarina. Estas ações visam à proximidade da comunidade com os policiais militares, buscando sempre a prevenção contra desordens públicas e possíveis crimes, assim como auxiliar na resolução dos problemas sociais.

Destarte, após alguns estudos sobre o tema Polícia Comunitária com ênfase no policiamento comunitário escolar, e, além disso, diante da convivência com o trabalho realizado pela Ronda Escolar e PROERD do 19º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina (19º BPM), percebeu-se que as redes sociais virtuais podem ser ferramentas eficazes de aproximação e compartilhamento de informações entre a comunidade escolar (principalmente alunos adolescentes que demonstram maior vulnerabilidade diante da criminalidade) e a polícia militar.

A ronda escolar possui função preventiva no ambiente escolar, onde é firmada parceria com escolas, a fim de orientar alunos, funcionários, pais (comunidade escolar), através de visitas, palestras, atendimento de ocorrências, dentre outras ações.

Por sua vez, o PROERD tem como missão capacitar crianças, adolescentes e adultos para resistirem às drogas e à violência, através de ações de polícia ostensiva de caráter educacional, realizada por policiais militares habilitados, em instituições públicas, privadas e comunitárias, integrando Polícia Militar, família e escola para a valorização da vida.

Estas são atuações importantes, tendo em vista o ambiente escolar ser a base das transformações da sociedade. Em contrapartida, é local vulnerável para a prática de crimes como aliciação de menores, dano ao patrimônio público ou privado, furtos, tráfico e uso de drogas.

Ademais, o fácil acesso dos alunos à internet, principalmente às redes sociais virtuais (facebook, whatsapp, sites, blogs, etc...), viabiliza o cometimento de crimes como divulgação de imagens sem autorização, bullying, difamação, calúnia, dentre tanto outros.

Desse modo, o presente estudo busca analisar a relação entre polícia militar e a comunidade escolar através do uso das redes sociais para difundir conhecimentos e práticas de prevenção do crime no ambiente escolar, de forma atualizada e dinâmica, principalmente pelo Facebook, ferramenta já utilizada pelo 19º BPM.

1.4 QUESTÃO DE PESQUISA

O presente trabalho objetiva analisar a seguinte questão: **as redes sociais virtuais podem ser consideradas ferramentas eficazes para auxiliar na aproximação entre a polícia militar e a comunidade escolar, tornando o policiamento comunitário mais efetivo?**

Busca-se, portanto, compreender de que maneira os fundamentos da polícia comunitária podem ser praticados com o auxílio das redes sociais virtuais.

1.5 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho estão subdivididos em: objetivo geral e específico, descritos a seguir.

1.5.1 Objetivo Geral

O presente trabalho visa analisar a relação comunidade escolar e polícia militar por meio das redes sociais virtuais, principalmente para difundir o policiamento comunitário escolar nas escolas acolhidas do 19º BPM.

Nesse ínterim, o objetivo é aliar a política de aproximação trazida pela doutrina da Polícia Comunitária com os sistemas/redes de tecnologias virtuais. Ou seja, estudar a possibilidade de aperfeiçoar o policiamento comunitário escolar com o auxílio de uma página em rede social (Facebook, por exemplo). Esse mecanismo seria utilizado como ferramenta para compartilhar informações de segurança pública, de prevenção contra as drogas e violência nas escolas, bem como para realizar denúncias de crimes.

Portanto, os estudos que serão realizados têm por finalidade analisar as tecnologias de comunicação social e virtual existentes com o meio de aproximação entre a Polícia Militar e a comunidade escolar, principalmente com os alunos pré-adolescentes e adolescentes, os quais se encontram com maior vulnerabilidade diante dos problemas sociais; e ainda, demonstram receio em compartilhar informações acerca de crimes ou atos de intolerância no ambiente escolar, como o bullying.

1.5.2 Objetivos Específicos

1. Elencar conceitos relacionados com o tema, baseando-se na bibliografia disponível;
2. Discorrer sobre o policiamento comunitário no Brasil e a gestão de segurança pública nas escolas do 19º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina;
3. Analisar o serviço prestado nas instituições de ensino contempladas pela gestão de segurança pública nas escolas do 19º BPM.
4. Apresentar soluções para melhorar a relação de aproximação da polícia militar com a comunidade escolar por meio das redes sociais ou outros meios virtuais.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, visando a sustentação teórica da pesquisa, um estudo bibliográfico referente à temática foi elaborado através das bases de dados da Biblioteca Virtual da UFSC², Google Acadêmico³, e na Scielo⁴. As buscas foram realizadas predominantemente no idioma português e a técnica da revisão sistemática foi utilizada para filtrar e selecionar as obras que serviriam de base ao estudo. Além disso, também foram utilizados dados documentais, tais como leis estaduais e federais, apostilas de curso da SENASP (Secretária Nacional de Segurança Pública), livros, revistas e relatórios de congressos e seminários.

Por conseguinte, alcançado os objetivos relativos ao referencial teórico do assunto, iniciou-se a análise do caso propriamente dito. O meio utilizado para a análise foi um questionário que seguiu as orientações de Rauén (2002, p. 124). Buscou-se ainda, uma abordagem

²Em <http://portal.bu.ufsc.br/>

³Em <https://scholar.google.com.br/>

⁴ Scientific Electronic Library em <http://www.scielo.org/php/index.php>

qualitativa interpretativa e quantitativa (RAUEM, 2002), as quais visam resultados com mais aproximação da realidade.

O objeto selecionado para o estudo foi a Rede de Segurança Escolar da 1ª Cia do 19º BPM, onde foram entrevistadas 158 (cento e cinquenta e oito) pessoas da comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários e policiais militares, através de um questionário com 19 (dezenove) perguntas relacionadas ao uso das redes sociais virtuais, qual a frequência da utilização dessas ferramentas, possíveis influências das informações compartilhadas na formação de opinião dos entrevistados e, principalmente, qual a opinião dos entrevistados quanto à possibilidade de aproximação da comunidade escolar através das redes sociais virtuais.

O questionário foi aplicado através do aplicativo de whatsapp para grupos específicos de policiais militares, e para os outros integrantes da comunidade escolar (pais/responsáveis, funcionários e alunos das instituições de ensino) foi aplicado pessoalmente por meio de fichários impressos em quatro turmas de escolas diferentes, sendo uma do município de Maracajá/SC, uma do município de Balneário Arroio do Silva/SC e duas do município de Araranguá/SC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A FORMAÇÃO DA POLÍCIA NO BRASIL

A implantação e a evolução da polícia no Brasil podem ser analisadas através do trabalho de Thomas Holloway, o qual analisou como a instituição policial entrou no espaço público (instituição pública e burocratizada) com a finalidade de controlar o comportamento das pessoas, baseado numa “dialética de repressão e resistência”. (HOLLOWAY, 1997).

Segundo este autor, uma guerra social embasada na desigualdade surgiu em torno da proteção da propriedade privada dos mais ricos perante o fortalecimento de um grupo pobre, após o fim do regime da escravidão. Nesse período, o colonial, a vigilância estava sob a responsabilidade de guardas civis desarmados e quadrilheiros, onde apenas o exército detinha características profissionais como regulador da ordem. Assim, em 1808, juntamente com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, a polícia foi implantada como instituição independente, denominada Guarda Real de Polícia em 1809.

Nesse contexto,

“Seus métodos espelhavam a violência e brutalidade da vida nas ruas e da sociedade escravocrata em geral. Outro ponto de semelhança com padrões posteriores é que a polícia se organizou desde o início como organização militar, de modo que sua força coercitiva podia ser controlada pela disciplina, canalizada pela hierarquia e dirigida a alvos específicos. A justificativa fundamental das organizações militares é concentrar, regular e dirigir forças contra o inimigo. O inimigo da polícia carioca era a própria sociedade – não a sociedade como um todo, mas os que violavam as regras de comportamento estabelecidas pela elite política que criou a polícia e dirigia sua ação”. (HOLLOWAY, 1997. p. 50).

Nessa época não se tinha a noção que temos hoje a respeito de segurança pública, tampouco existiam organizações com esse fim exclusivamente. A legislação era omissa quanto ao assunto, nem mesmo a Constituição do Império de 1824, referenciava sobre segurança pública.⁵

Apenas em 1828, o exercício do poder de polícia foi delegado às Câmaras Municipais por meio do art. 66 da Lei Imperial, promulgada no dia 1º de outubro daquele ano.⁶

Em 1831, com o objetivo de tornar a polícia brasileira hierarquizada e disciplinada, composta por voluntários, os quais se dedicariam permanentemente em tempo integral aos

⁵ MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**/Nazareno Marcineiro, Giovanni Cardoso Pacheco – Florianópolis: Insular, 2005.p.27.

⁶ BRASIL. **Constituições da República Federativa do Brasil, 1824 a 1969**.11ª Ed. São Paulo: Saraiva 1995.p.57.

compromissos da função, todos os corpos policiais existentes foram extintos e um único corpo de guardas municipais voluntários foi criado, através de Lei Regencial, os quais constituíram no embrião das Polícias Militares em quase todos os Estados da Federação.⁷

Com o passar dos anos e constante evolução das formas de poder público da sociedade, o termo “polícia” foi definido como Polícia Municipal e Administrativa, pois a Judiciária era responsabilidade dos magistrados, em especial, os juízes de paz. Conforme Askoul, a polícia judiciária é apresentada em 1841, nos seguintes termos: “com a promulgação da Lei nº261, de 03 de dezembro, que apresentava uma organização policial incipiente, criando em cada província um Chefe de Polícia, com seus delegados e subdelegados escolhidos dentre os cidadãos⁸”.

Durante o período Imperial, o Brasil participou de muitos conflitos, internos e externos. Dentre esses conflitos, a Guerra do Paraguai é destacada por Ribeiro (2011, p.3): “A guerra do Paraguai faz com que ocorra outra relevante mudança, onde policiais militares passam a servir nas unidades de infantaria, é neste momento que estes policiais também começam a ser parte de uma força aquartelada (...)”.

Por esta razão, houve uma aproximação entre a polícia e o exército, observada da seguinte maneira: “(...) a polícia a partir dessa proximidade existente atuava tanto nas guerras quanto nos conflitos internos, como rebeliões, motins, revoltas populares, além evidentemente, das operações de grande porte relacionadas ao controle de fronteiras da nação”. (MUNIZ, 2001, p. 82).

No entanto,

Com a declaração da República em 15 de novembro de 1889, e o desmembramento da centralização do Império, ocorre que o poder se aproxima dos estados-membros dessa nova República, possibilitando a busca de uma maior autonomia para os membros dessa nova República. (RIBEIRO, 2011, p.4).

Desse modo, os governantes reconhecem as necessidades das forças públicas investindo na formação policial, bem como adotam o modelo da polícia francesa para isso. (BICUDO, 1994). A partir desse momento, a polícia brasileira passa a ser uma polícia hierarquizada, disciplinada, com remuneração vinda dos cofres públicos bem como a dedicação exclusiva e permanente dos

⁷ MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**/Nazareno Marcineiro, Giovanni Cardoso Pacheco – Florianópolis: Insular, 2005.p.28.

⁸ ASKOUL, Marco Antonio, apud GIULIAN, Jorge da S. **Os conflitos da dicotomia policial estadual**. Unidade. Porto Alegre, n.36, p.79, out/dez.1998.

que pertenciam a esta força. E assim, é definida com maior clareza a função da polícia de “manter a tranqüilidade pública e auxiliar a justiça”. (SOUZA, 1986, p.10).

Entre a década de 60 e 80, o Brasil enfrentou adversidades políticas e sociais, dentre elas a Revolta de 31 de março de 1964 e as revoltas estudantis de 1968, sendo que durante esse período as polícias militares atuaram como braço armado do Estado na repressão política devido aos preceitos legais que regulavam a atuação da polícia. (MARCINEIRO;PACHECO, 2005).

Finalmente, o regime de exceção acaba em 1985, iniciando no país uma fase de redemocratização, a qual é concretizada com a promulgação da atual Constituição (em 1988) e com a realização das eleições diretas para Presidente da República em 1989, onde a função da polícia militar é definida no artigo 144, parágrafo 5º: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. (BRASIL, 1995).

2.2 MODELOS DE POLÍCIA

Os modelos de polícia tratam da estruturação organizacional e da sua relação com o regime de governo do Estado. A partir da modernidade, surge uma variedade de modelos de polícia (anglo-saxão, francês, português e oriental) ⁹ inclusive de agências não policiais, que dispõem de algum poder de polícia, não na concepção estrita às instituições policiais, mas aquela ampla e inerente ao Estado. (HIPÓLITO; TASCA, 2012).

Marcineiro e Pacheco (200, p.75) dividem esses diversos modelos de polícia em apenas dois grandes grupos, ou seja, polícia democrática e polícia autoritária. E, os definem da seguinte maneira: o planejamento que se preocupa em reagir aos fatos e, além de uma eficiente reação, almeja evitar que estes fatos ocorram (prevenção), pode ser consideradas ações de Polícia Democrática. Quanto ao modelo de Polícia Autoritária, este se define quando o seu foco principal é o controle da sociedade pelo uso da força, típico de países com regime autoritário.

Desse modo, denota-se que nas sociedades onde a democracia é vigorosa, ou seja, em que os direitos e garantias individuais são exercitados, as soluções pela força e pela ação violenta da polícia não prosperam, e sim, prevalece a função de investigação criminal, como por exemplo, na Inglaterra e Japão. Mas, em sociedades de governo autoritário, onde não há valorização dos direitos de cidadania, as soluções pela força, ostensividade, visibilidade e

⁹ Os modelos anglo-saxão e oriental serão analisados posteriormente por causa da suas influências na atualidade. Quanto aos modelos francês e português, estes são considerados uma variação/mutação do modelo anglo-saxão (CAETANO, 2012).

pelo controle da população como ações da polícia, conseqüentemente valoriza a função de polícia ostensiva, em detrimento da função de investigação criminal. (SILVA, 1997, p.7).

2.3 ESCOLAS DE POLÍCIA

A polícia de cada Estado é uma das instituições mais presentes na sociedade, pois é responsável por manter a normalidade e cumprimento das normas vigentes. Com missão ampla, promove ações assistencialistas, preventivas e reativas, objetivando assegurar a qualidade de vida ao cidadão.

Entretanto, Marcineiro (2009, p.34) referenciando Consuelo (2000) analisa que a polícia não pode ser vista pelo conceito metafísico de um ente político, pois, mais do que se referir a um ente do Estado é preciso se referir a uma polícia de um determinado Estado. Com isso, busca-se entender que a polícia possui características organizacionais e comportamentais legitimadas para cada Estado, resultando em modelos diferentes para cada local. Por este motivo, imperioso se faz compreender as características sociopolíticas e culturais da comunidade em que a polícia atua, para bem compreender esta.

Logo, depreende-se que no Brasil não é possível importar um modelo de polícia que tenha dado certo em outro lugar, devido às condições sociais, políticas e econômicas exigirem uma postura policial diferente de todos os outros países. Porém, é possível colher experiência para que sirva de referencial para articular o nosso método de preservar a ordem pública e garantir o pleno exercício da cidadania.

Para melhor compreender o desenvolvimento da atuação das polícias e dos demais órgãos de segurança pública, iremos detalhar (em seguida) as duas grandes escolas de atuação policial na prevenção da prática do crime e da violência que influenciam de maneira significativa no contexto histórico mundial. As duas escolas são definidas por Brewer (1997, p. 13): para substituir o modelo de polícia autoritária, a qual não parece utilizável, outros dois modelos são indicados e denominados como polícia anglo-saxônica e polícia oriental.

2.3.1 Escola Anglo - Saxônica

A escola de polícia Anglo-Saxônica (inglês) defende a especialização para realizar as suas tarefas associadas à vigilância do cumprimento da lei, perseguindo e punindo o criminoso.

Nesse entendimento, Brewer (1997, p.10) ressalta:

[...] o modelo da polícia anglo-saxônica é o mais comum de ser encontrado nas democracias liberais. Parte de uma filosofia reativa, limitando-se a atender as situações de emergência, quando for chamada para atender uma ocorrência. Seus agentes até podem participar na vida diária da comunidade, mas isto não seria objeto da organização; não existiria uma interação, permitindo detectar sinais de anormalidade e agir com antecipação.

Diante disso, a polícia torna-se uma espécie de agência da administração pública, pois se baseia mais na autoridade legal que na moral. (MARCINEIRO, 2005, p.31).

Sendo que na atualidade, as polícias brasileiras apresentam fortes características da escola anglo-saxônica, visíveis nas atuações policiais focadas na figura do criminoso. No entanto, está evidente que a tendência é a mudança da estratégia nas questões que envolvem a segurança pública, com a adoção da doutrina oriental, a qual traz uma nova perspectiva no combate ao crime, onde a interação polícia e comunidade é reverenciada. (MARCINEIRO, 2009, p.73).

2.3.2 Escola Oriental

A escola oriental de Polícia enfatiza que a segurança não é a inexistência do delito ou a ausência absoluta do delinquente, mas a certeza de que, ocorrendo um delito, o cidadão terá apoio e a ação efetiva de proteção oferecida pelo Estado.

Segundo Brewer (1997, p.16), a persuasão, o aconselhamento e a ajuda são ferramentas necessárias para manter o controle social. Essa estratégia permite que a polícia faça parte do contexto social e não um agente estranho ao processo, bem como proporciona à polícia obter aceitação, confiança e legitimidade da população. Países como Japão, Malásia, Coreia e China, praticam esta forma de policiamento.

A diferenciação entre a escola anglo-saxônica e a escola oriental está no foco de atuação da primeira ser concentrado no criminoso; e na segunda, a atuação tem ênfase no tratamento proativo do crime, agindo sobre os elementos que possibilitam a prática do crime, quais sejam: um ambiente apropriado para a prática do crime, um agente disposto a praticar tal crime e uma vítima em potencial. Na inexistência de um desses elementos, o crime não acontece. (MARCINEIRO, 2009, p.57).

Com o passar do tempo, as instituições de preservação da ordem pública foram influenciadas pelas duas escolas. Assim, a adoção dessa perspectiva de polícia conduz à filosofia da Polícia Comunitária, que está demonstrando ser uma solução para as questões de segurança

pública. Desse modo, ter-se-á uma polícia legítima, eficaz e o mais importante, com a aceitação da comunidade. (MARCINEIRO, 2009, p.63).

2.4 O SISTEMA BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública para ser bem compreendida deve ser analisada de acordo com o pensamento sistêmico contextual, no qual a segurança pública é colocada no contexto de um todo mais amplo.

Dessa forma, “é preciso colocar no contexto social as diversas organizações públicas encarregadas de fazer a preservação da ordem pública e, assim compreender como funciona o sistema de segurança pública”. (MARCINEIRO, 2009, p.56).

A boa integração dos elementos (nesse caso, os elementos seriam as organizações públicas), é chamada sinergia, determinando que a transformação ocorrida em uma das partes influenciará todas as outras. A alta sinergia de um sistema faz com que seja possível a este cumprir sua finalidade com eficiência; já sua falta pode implicar em mau funcionamento, inclusive falha completa.

Sendo assim, o Sistema de Segurança Pública é o conjunto de órgãos, dispostos ordenadamente, que tem por objetivo preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, segundo a Constituição Brasileira, no Título V, DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, Capítulo III, Art.144, a qual estabelece que a segurança pública seja exercida através dos seguintes órgãos:

- **Polícia Federal**, a quem cabe apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesse da União e de suas entidades e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras; exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária;
- **Polícia Rodoviária Federal**, a quem cabe o patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- **Polícia Ferroviária Federal**, a quem cabe o patrulhamento ostensivo das ferrovias federais;
- **Polícias Civis**, que têm as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais;
- **Polícias Militares**, a quem cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, e;

- **Corpos de Bombeiros Militares**, a quem incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Ademais, a Constituição Federal incluiu, na esfera da segurança pública, os Municípios, os quais poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção dos seus bens, serviços e instalações.

Acerca do tema, Anjos (2011, p.21) analisa que para o sistema de segurança pública estar completo, é necessário incluir o subsistema judiciário e penitenciário, os quais, a Constituinte não lançou no Capítulo V da Carta Magna. Assim, o Art. 144 apresenta, na verdade, uma parte do sistema.

Por esse motivo, um Sistema de Segurança Pública para assim ser chamado, deve ser composto dos seguintes subsistemas:

a) **Subsistema Preventivo**, composto pelos órgãos encarregados de evitar a ocorrência delituosa (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, Guardas Municipais e Órgãos de Controle de Trânsito Urbano);

b) **Subsistema Investigativo**, composto pelos órgãos encarregados de investigar e esclarecer os fatos criminosos, bem como, identificar o autor ou autores (Polícia Federal e Polícias Civas);

c) **Subsistema Judiciário** é composto pelos órgãos encarregados da denúncia e da fiscalização da aplicação correta das leis (Ministério Público), e pelos órgãos encarregados do julgamento das pessoas que cometem o ilícito penal (Justiça, Juízes e Tribunais);

d) **Subsistema Recuperatório** (Sistema Penitenciário), composto pelos órgãos encarregados da recuperação dos condenados, reinserção à sociedade das pessoas condenadas e acompanhamento dos egressos. (ANJOS, 2011, p.21).

Nesse contexto, Marcineiro (2009, p.54) ressalta que estes órgãos citados acima compõem a instância formal da segurança pública. Pois, a segurança pública, cujo objetivo maior é fazer a garantia do código de convivência social, possui duas instancias distintas: uma formal e outra informal. A primeira é composta por todos aqueles servidores públicos que são pagos pelos demais do povo para fazer por eles tudo aquilo que eles não podem fazer por si só, para terem segurança.

Por sua vez, a instância informal de segurança pública é composta por todas aquelas instituições que, embora não sejam formalmente constituídas para promover a segurança e a ordem pública, exerce significativa influência sobre elas. São exemplos destas instituições, a família, a escola, a igreja, as organizações não-governamentais (ONGs), a mídia, entre outras (MARCINEIRO, 2009, p.36).

Com o intuito de aprimorar o sistema de segurança pública, o Governo Federal criou o Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), desde 1990, através do Decreto nº 98.938, que recebeu alterações através de outros Decretos, resultando no Decreto de nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010. O CONASP integra a estrutura básica do Ministério da Justiça, tendo por finalidade formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas à promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade, bem como atuar na sua articulação e controle democrático¹⁰.

Outrossim, o Governo Federal através do Ministério da Justiça, desenvolveu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Este programa foi instituído pela Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, que foi alterada pela Lei 11.707, de 19 de junho de 2008. Conforme a Lei, o PRONASCI destina-se a articular as ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas.

São diretrizes do PRONASCI¹¹:

- promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural;
- criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias;
- fortalecimentos dos conselhos tutelares; - promoção da segurança e da convivência pacífica;
- modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional;
- valorização dos profissionais de segurança pública e dos agentes penitenciários;
- participação de jovens e adolescentes, de egressos do sistema prisional, de famílias expostas à violência urbana e de mulheres em situação de violência;
- ressocialização dos indivíduos que cumprem penas privativas de liberdade e egressos do sistema prisional, mediante implementação de projetos educativos, esportivos e profissionalizantes;
- intensificação e ampliação das medidas de enfrentamento do crime organizado e da corrupção policial;
- garantia de acesso à justiça, especialmente nos territórios vulneráveis;
- garantia, por meio de medidas de urbanização, da recuperação dos espaços públicos;

¹⁰ Informações contidas na página oficial do CONASP, disponível em : <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/conasp> - Acesso em 30/04/2017.

¹¹ Informações contidas no art.3º da Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, com alterações pela Lei 11.707/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm - Acesso em 30/04/2017.

- observância dos princípios e diretrizes do sistema de gestão descentralizados e participativos das políticas sociais e das resoluções dos conselhos de políticas sociais e de defesa de direitos afetos ao Pronasci;
- participação e inclusão em programas capazes de responder, de modo consistente e permanente, às demandas das vítimas da criminalidade por intermédio de apoio psicológico, jurídico e social;
- participação de jovens e adolescentes em situação de moradores de rua em programas educativos e profissionalizantes com vistas na ressocialização e reintegração à família;
- promoção de estudos, pesquisas e indicadores sobre a violência que considerem as dimensões de gênero, étnicas, raciais, geracionais e de orientação sexual;
- transparência de sua execução, inclusive por meios eletrônicos de acesso público; e
- garantia da participação da sociedade civil.

Diante dos conceitos e ações expostas que integram o sistema de segurança pública no Brasil, percebe-se que a segurança pública deve ser voltada para o cidadão como ser individual e ser social. A convivência saudável em comunidade é o foco para onde devem ser dirigidos os esforços dos governantes em relação à segurança. Todos os princípios já estão instituídos na Constituição Federal; necessitando, conseqüentemente, de políticas públicas para o desencadeamento das ações visando o atendimento dessa necessidade da população brasileira. (ANJOS, 2011, p.24).

3 POLÍCIA COMUNITÁRIA

Na origem, a polícia comunitária é uma filosofia baseada no estabelecimento de relações de proximidade entre a polícia e a comunidade. Trata-se de uma filosofia de policiamento desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980, quando organizações policiais em diferentes países da América do Norte e da Europa ocidental começaram a promover inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade. Os modelos desenvolvidos nesses países tiveram por base uma nova estrutura de polícia, orientada para um modelo de policiamento mais voltado para a comunidade. (SALES, ALENCAR, FEITOSA, 2009, p.87).

De acordo com Vargas (2015, p.25), a partir da Constituição Federal de 1988, apesar da institucionalização da polícia comunitária como fundamento de um novo paradigma para a política nacional de segurança pública, existe na prática cotidiana de policiais militares e em discursos oficiais da corporação, a coexistência e o tensionamento entre dois modelos de polícia: a polícia tradicional, voltada para as ações essencialmente repressivas, e a polícia comunitária, cuja missão está centrada em ações preventivas. Em relação a uma série de fatores, essas duas formas contém, cada uma, várias características próprias, as quais estão apresentadas de forma sucinta no quadro abaixo:

Quadro 1 – Características dos modelos de polícia

Fator	Polícia Tradicional	Polícia Comunitária
Definição de Polícia	A polícia é uma agência governamental responsável, principalmente, pelo cumprimento da lei.	A polícia é o público e o público é a polícia: os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral às obrigações dos cidadãos.
Relação polícia e instituições do serviço público	As prioridades são muitas vezes conflitantes.	A polícia é apenas uma das instituições governamentais responsável pela qualidade de vida da comunidade.
Papel da polícia	Preocupar-se com a resolução do crime.	Dar um enfoque mais amplo visando a resolução de problemas, principalmente por meio da

		prevenção.
Prioridades da ação	Por exemplo: roubo a banco, homicídios e todas aquelas envolvendo violência. A polícia ocupa-se mais com os incidentes.	Quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade. A polícia ocupa-se mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos.
Avaliação da ação	O que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta.	O que determina a eficácia da polícia é o apoio e a cooperação do público, assim como a ausência de crime e de desordem.
Profissionalismo policial	Respostas rápidas aos Crimes sérios.	Estreito relacionamento com a comunidade.
Função do comando	Prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais.	Incutir valores institucionais.
Informações mais importantes	Aquelas relacionadas a certos crimes em particular.	Aquelas relacionadas com as atividades delituosas de indivíduos ou grupos.
Ação prioritária	O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa, no máximo, 2% da população residente; dos quais “todos são inimigos, marginais ou paisano folgado, até prova em contrário”.	O policial trabalha voltado para os 98% da população de sua área, a qual considera-se composta por “pessoas de bem e trabalhadoras”.
Ação repressiva	O policial é o do serviço.	O policial emprega a energia e eficiência, dentro da lei, na solução dos problemas com a marginalidade, que no máximo chega a 2% dos moradores de sua localidade de trabalho.
Forma da atuação	Emprego da força como técnica de resolução de problemas	Os sujeitos (98% da comunidade) devem ser tratados como cidadãos e clientes da organização policial.
Prestação de contas do policial	Somente ao seu superior.	Ao superior e à comunidade.
Distribuição de patrulhas	Conforme o pico das ocorrências.	Conforme a necessidade de segurança da comunidade, ou seja, 24 horas por dia.

Vínculo com a comunidade	O policial não tem relação direta com a comunidade.	O policial é da área [convive com a comunidade local].
--------------------------	---	--

Fonte: (BRASIL, 2008, p.48-49).

Este quadro comparativo dos dois modelos de polícia permite compreender que a polícia tradicional trabalha no atendimento da ocorrência, atua de forma unilateral, ou seja, somente com o “olhar” da polícia, com foco no atendimento dos problemas, as intervenções são imediatistas e os efeitos temporários, pois, em geral, os problemas voltam a acontecer (VARGAS, 2015, p.28).

No entendimento de Silva (2011, p.43), a polícia comunitária “[...] visa não apenas reduzir o número de crimes, mas também reduzir o dano da vítima e da comunidade e modificar os fatores ambientais e comportamentais”.

A polícia comunitária está baseada em fundamentos que articulam direitos humanos, cidadania e participação social. Nesta ótica, o trabalho da polícia passa a priorizar as relações sociais locais e a solução compartilhada de problemas e tem, também, a perspectiva de modificar a percepção da população em relação às forças da segurança pública. Para Monjardet (2003, p.260):

A polícia comunitária é primeiro uma tentativa para relegitimar a polícia [...]. Por esse motivo, antes de se declinar em estratégias e táticas operacionais, a polícia comunitária é primeiro a vontade de renovar a relação entre a polícia e população fazendo das expectativas, demandas e necessidades expressas por ela, localmente, no quarteirão, bloqueio ou bairro, o princípio de hierarquização das prioridades policiais.

O Plano Nacional de Segurança Pública indica que a polícia comunitária constitui-se na filosofia que fundamenta a estratégia organizacional da parceria entre a polícia e a comunidade, para análise, priorização e resolução de problemas locais.

É o reconhecimento do potencial que a comunidade pode oferecer às organizações responsáveis pela segurança pública na resolução de problemas que afetam diretamente a vida de ambos: comunidade e polícia. A contribuição pode variar desde a identificação de problemas até o planejamento de uma ação para combater e solucionar os problemas de segurança pública, em seu sentido mais amplo. Deve-se incentivar a participação do diálogo com a comunidade, envolvendo policiais em eventos cívicos, culturais e de negócios, trabalhando juntamente com agências sociais e tomando parte de atividades educacionais e recreativas com crianças em escolas. O objetivo é inserir a polícia como parte integrante da comunidade. (BRASIL, 2008, p.92).

Nos termos da SENASP, a formação do promotor de polícia comunitária supõe o conhecimento de um conjunto de princípios:

Filosofia e Estratégia Organizacional – A base desta filosofia é a comunidade. Para direcionar seus esforços, a Polícia, ao invés de buscar ideias pré-concebidas, deve buscar, junto às comunidades, os anseios e as preocupações das mesmas, a fim de traduzi-los em procedimentos de segurança;

Comprometimento da Organização com a concessão de poder à Comunidade – Dentro da comunidade, os cidadãos devem participar. Como plenos parceiros da polícia, dos direitos e das responsabilidades envolvidas na identificação, priorização e solução dos problemas;

Policiamento Descentralizado e Personalizado – É necessário um policial plenamente envolvido com a comunidade, conhecido pela mesma e conhecedor de suas realidades;

Resolução Preventiva de Problemas a curto e a longo prazo – A ideia é que o policial não seja acionado pelo rádio, mas que se antecipe à ocorrência. Com isso, o número de chamadas do COPOM deve diminuir;

Ética, Legalidade, Responsabilidade e Confiança – O Policiamento Comunitário pressupõe um novo contrato entre a polícia e os cidadãos aos quais ela atende, com base no rigor do respeito à ética policial, da legalidade dos procedimentos, da responsabilidade e da confiança mútua que devem existir;

Extensão do Mandato Policial – Cada policial passa a atuar como um chefe de polícia local, com autonomia e liberdade para tomar iniciativa, dentro de parâmetros rígidos de responsabilidade [...];

Ajuda às pessoas com Necessidades Específicas – valorizar as vidas de pessoas mais vulneráveis: jovens, idosos, minorias, pobres, deficientes, sem teto, etc. Isso deve ser um compromisso inalienável do Policial Comunitário;

Criatividade e apoio básico – Ter confiança nas pessoas que estão na linha de frente da atuação policial, confiar no seu discernimento, sabedoria, experiência e, sobretudo na formação que recebeu. Isso propiciará abordagens mais criativas para os problemas contemporâneos da comunidade;

Mudança Interna – O Policiamento Comunitário exige uma abordagem plenamente integrada, envolvendo toda a organização. É fundamental a reciclagem de seus cursos e respectivos currículos, bem como, de todos os seus quadros de pessoal. É uma mudança que se projeta para 10 ou 15 anos;

Construção do Futuro – Deve-se oferecer à comunidade um serviço policial descentralizado e personalizado, com endereço certo. A ordem não deve ser imposta de fora para dentro, mas as pessoas devem ser encorajadas a pensar na polícia como um recurso a ser utilizado para ajudá-las a resolver problemas atuais de sua comunidade. (BRASIL, 2008, p. 46-47).

Na prática, Polícia Comunitária (como filosofia de trabalho) difere do policiamento comunitário (ação de policiar junto à comunidade). Polícia Comunitária deve ser interpretada como filosofia organizacional, indistinta a todos os órgãos de polícia, pertinente as ações com a comunidade, ou seja:

O policiamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar,

priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1999.p.4|5.).

Entretanto, a descentralização do comando e por conseqüência das decisões e uma maior distribuição das responsabilidades aos policiais das categorias de base em uma instituição policial militar talvez seja o maior entrave a aplicação das idéias básicas da filosofia de policiamento comunitário no Brasil.

Segundo Gondim & Varejão (2007, p. 40):

Destarte, o policiamento comunitário tem como função diminuir a delinqüência e o medo do crime, aumentando a qualidade de vida. Assim, a ampliação do trabalho da polícia e a reorganização de suas funções em prol de uma política de benefícios em longo prazo, voltada para o trabalho com a comunidade são características essenciais dessa iniciativa, que possui três fundamentos: a) as parceiras comunitárias, como forma de trazer as pessoas e a vizinhança para a prática do policiamento; b) a solução de problemas, que transforma os medos e anseios da comunidade em prioridades a serem combatidas pelas intervenções; c) o gerenciamento da mudança, em que se vê necessária a mudança estrutural da organização do policiamento.

Desse modo, o policiamento comunitário expressa uma filosofia operacional à divisão de responsabilidades entre polícia e cidadãos no planejamento e na implementação das políticas públicas de segurança. Esse conceito revela a consciência de que a construção de uma relação sólida e construtiva com a sociedade pressupõe um empenho da polícia em adequar as suas estratégias e prioridades as expectativas e necessidades locais.

Em fim, destaca-se que o policiamento comunitário pode se beneficiar de novas tecnologias que auxiliam na melhora do serviço e na segurança dos policiais. Computadores, celulares, sistemas de monitoramento, veículos com computadores, além de armamento moderno (inclusive não-letal) e coletes protetores fazem parte da relação de equipamentos disponíveis e utilizáveis pelo policial comunitário. Sendo que a tecnologia muitas vezes é adaptada, ou seja, o trabalho é executado com muito mais criatividade do que com tecnologia. Isto com certeza favorece o reconhecimento da comunidade local.

3.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA EM SANTA CATARINA

A filosofia do policiamento comunitário encontrou terreno mais propício ao seu desenvolvimento nas instituições policiais militares brasileiras após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que propõe em seu texto a preocupação com o respeito aos direitos elementares do cidadão. (BORDIN, 2009).

As discussões sobre a implantação da filosofia de Polícia Comunitária em Santa Catarina iniciaram no ano de 1995, época em que foi criada uma equipe para difundir tal filosofia. Marcineiro e Pacheco (2005, p.14) expõem que os integrantes da equipe defendiam o seguinte: “[...] que a polícia poderia ser menos “policialesca” e mais construtora de segurança, em parceria com a comunidade.”

Através da referida equipe, o Programa da Segurança Interativa foi adotado no estado, o qual propunha como filosofia e estratégia organizacional um trabalho conjunto entre Polícia Militar e comunidade, atuando de forma unida para identificar, priorizar e resolver os problemas de Segurança Pública. (MARCINEIRO, 2001, p.98).

Na implantação do Programa Segurança Interativa foram estabelecidos 72 projetos-piloto pelo Estado, além de cursos oferecidos em parceria com o Instituto para Gestão de Tecnologia e Informação (IGTI) da UFSC, visando capacitar os policiais envolvidos no Programa, bem como abranger o conhecimento dos temas relativos à filosofia da Segurança Interativa, relacionamento interpessoal e comunicação, à interação comunitária, à liderança e à motivação. (MARCINEIRO, 2001, p.99).

Ademais, Marcineiro (2009, p. 53) salienta que foram criados Conselhos de Lideranças Comunitárias (CLICs) aliados ao Programa Segurança Interativa, “[...] onde as comunidades se reuniam juntamente com a Polícia Militar para discutir as melhores formas de resolver os problemas de segurança da comunidade”.

Nesta época, já existiam os chamados Consegs (Conselho Comunitário de Segurança). Mas, estes eram diferentes do modelo que temos hoje, pois existia apenas um por município. Já os CLICs eram ligados às comunidades, o que agilizava o processo de interação entre a polícia e a comunidade. Após a implementação do Clic, algumas falhas foram detectadas, como a ausência da Polícia Civil dentro do Programa; e, que a implementação de um novo programa numa comunidade não depende apenas da vontade de quem está no poder, depende também da vontade local.

Duarte (2004, p. 41) também esclarece que o insucesso do Programa Segurança Interativa se deu ao fato de que este foi implantado “[...] como um programa sazonal, recebido

como mais um dentre os inúmeros existentes.” Ao invés de uma filosofia de trabalho, como uma mudança comportamental na esfera profissional e na relação com a comunidade. O Programa Segurança Interativa durou até o final do ano de 1998, quando ocorre a mudança de governo no Estado. A Filosofia da Polícia Comunitária passa a ser adotada em Santa Catarina no ano 2000, através da proposta da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Tal proposta discorre que as polícias deveriam mudar seu modelo de comportamento, passando do modelo reativo para o modelo proativo. (DUARTE, 2004).

Contudo, em 2001, tomando como exemplo o Governo Federal que edita um Plano Nacional de Segurança, o Estado de Santa Catarina lança um Plano Estadual de Segurança Pública, buscando soluções para o crescente problema da criminalidade no Estado.

Com este plano, o governo oferece qualificação aos profissionais de segurança na área de Polícia Comunitária. Mais de três mil profissionais das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar e Civil, foram formados, fazendo com que a filosofia da Polícia Comunitária repercutisse e ganhasse espaço na atuação dos policiais catarinenses. Assim, diante da difusão da filosofia, a comunidade passou também a se interessar pela polícia comunitária. Talvez por buscar desesperadamente uma resposta para o problema da criminalidade ou apenas para se cercar de todas as possibilidades possíveis para evitar o crime. O fato é que com a criação dos CONSEGs as comunidades passaram a se organizar e, em conjunto com a polícia, buscam identificar, priorizar e resolver os problemas. (DUARTE, 2004, p. 43).

Desse modo, a difusão da Filosofia da Polícia Comunitária no Estado de Santa Catarina vem evoluindo para o policiamento comunitário, ampliando os espaços de discussão sobre o tema, incluindo nos currículos de formação policial uma disciplina sobre Polícia Comunitária visando alicerçar a atuação policial.

3.2 POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR

O policiamento comunitário escolar tem como objetivo trabalhar em parceria com a comunidade escolar para identificar, priorizar e resolver os problemas existentes. De acordo com o Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), a comunidade escolar é formada pelos professores, servidores, alunos, pais de alunos, comunidade do perímetro escolar, policial militar, Conselho Tutelar (CT), Vara da Infância e Juventude (VIJ), Ministério Público

(MP), Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Educação, prefeituras e administrações regionais, entre outros¹².

Cada vez mais, torna-se evidente o desgaste, tanto físico, quanto psicológico dos educadores em sala de aula, assim como a equipe pedagógica das escolas, em razão do alto grau de indisciplina dos alunos. A frequência de atos infracionais e indisciplina têm sido encaradas como um fardo aos educadores e que aflige escolas de todo o Brasil e de modo mais incisivo as escolas públicas. (BARANKIEVICZ, 2012, P.09).

Acerca do assunto, a professora Dulcelena explana na sua obra:

O aumento significativo do número de crianças e adolescentes na escola, em especial na escola pública, somou-se ao surgimento de violências, como agressões físicas e verbais contra professores e alunos, brigas, depredações, bullying, furtos, roubos, ameaças, porte de armas etc. Devido à complexidade dos problemas, que fogem da competência escolar, a presença de policiais militares é requisitada de maneira frequente para manter a segurança dentro e no entorno da escola. (SABÓIA OBRZUT, 2011, pg. 16).

Dessa maneira, a atuação da polícia militar com ênfase na comunidade escolar tornou-se imperiosa. Pois, o policiamento comunitário escolar é considerado “a basilar atividade de “policiamento ostensivo” em “ação de presença” que deve atuar precipuamente preventivamente (ações proativas), e atuar supletivamente na repressão a crimes e a atos infracionais”. (BARANKIEVICZ, 2012, P.16).

Nesse ínterim, Barankievicz (2012, P.16) explica que:

A prevenção se dá pela observação da filosofia de Polícia Comunitária, ou seja, pela aproximação da escola e do seu ambiente, ampliando a segurança no local e em seu entorno; pelo esclarecimento de dúvidas sobre o trabalho policial, pelo assessoramento à escola quanto à segurança; e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais.

Ressalta-se que as seguintes ações praticadas pelos policiais, são consideradas essenciais para o policiamento escolar eficiente¹³:

¹² Informações obtidas na apostila do Curso de Policiamento Comunitário Escolar/Senasp. Disponível em: <http://www.jundiai.sp.gov.br/administracao-e-gestao-de-pessoas/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/Modulo2.pdf> - Acesso em 21/01/2017.

¹³ Informações obtidas na apostila do Curso de Policiamento Comunitário Escolar/Senasp. Disponível em: <http://www.jundiai.sp.gov.br/administracao-e-gestao-de-pessoas/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/Modulo2.pdf> - Acesso em 21/01/2017.

- Conhecer bem a localização e particularidades da escola, a fim de identificar possíveis pontos geradores de ocorrências;
- Executar o policiamento dentro da escola e no perímetro escolar, visando à garantia da promoção da segurança e tranquilidade;
- Promover a fluidez e segurança do trânsito nas imediações da escola;
- Fiscalizar o transporte escolar;
- Gerenciar a travessia na faixa de pedestres próximo à escola;
- Ser um mediador de conflitos no ambiente escolar;
- Possuir os equipamentos básicos necessários (material bélico, de comunicações, de apoio, entre outros);
- Manter um relacionamento cordial com a comunidade escolar;
- Mostrar que sua ação é preventiva e educativa;
- Estimular a comunidade a dar informações à polícia;
- Procurar conhecer as pessoas que fazem parte da comunidade escolar;
- Solucionar os problemas dentro de sua área de competência em parceria com a comunidade escolar;
- Organizar e mobilizar a comunidade escolar a participar da prevenção à violência escolar.

Ademais, segundo o Manual de Policiamento Comunitário:

A adoção desse tipo de policiamento não só exige empenho das autoridades e da comunidade, mas, sobretudo, mudança na cultura policial: requer retreinamento dos envolvidos, alteração na estrutura de poder de tomada de decisão com maior autonomia para os policiais que estão nas ruas; alteração nas rotinas de administração de recursos humanos, com a fixação de policiais a territórios; mudanças nas práticas de controle interno e externo e de desempenho, entre outros. Essas mudanças, por sua vez, exigem também que a decisão de implementar o policiamento comunitário seja uma política de governo, entendendo-se que tal decisão irá atravessar diferentes administrações: o policiamento comunitário leva anos para ser totalmente integrado pelas forças policiais. (NEV/USP, 2009, P.08).

3.2.1 Polícia Comunitária Escolar na 1ª Cia do 19º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina

As ações de polícia comunitária escolar na área de atuação da 1ª Cia do 19º BPM se dão, especialmente, através da Rede de Segurança Escolar.

Com o objetivo de traçar uma relação de proximidade e confiança dos policiais com a comunidade escolar, visando diminuir o número de ocorrências nas unidades escolares e conseqüentemente, promover a segurança pública, no ano de 2009 foi lançado o projeto "Rondas Escolares" como parte do Programa Rede de Segurança da 4ª Guarnição Especial de

Polícia Militar de Araranguá, atual 19º BPM, o qual tinha parceria com a câmara de vereadores de Araranguá, Conseg e Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Nesta época, o projeto era considerado de caráter inovador no estado e abrangia apenas as escolas do município de Araranguá. O policiamento era praticado nos horários de entrada e saída dos estudantes, sendo que o número de vezes que o policial estaria presente na escola era baseado na quantidade de alunos. Por exemplo: se a unidade escolar possuísse mais de mil estudantes, as rondas ocorreriam todos os dias da semana, pelo menos uma vez no período. Outra ação inserida no projeto foi a realização de reunião dos policiais com professores para compartilharem dicas de segurança que poderiam ser praticadas nas possíveis adversidades. Naquela ocasião, uma comissão de avaliação e segurança escolar com quatorze pessoas foi criada. Esses integrantes reuniram-se bimestralmente para avaliar se a iniciativa surtiu resultados, pois, no caso de a resposta for positiva, o programa seria estendido aos demais municípios do Vale do Araranguá a partir do próximo ano¹⁴.

Diante do resultado positivo apresentado pelo programa, o mesmo foi estendido para o município de Turvo em 2010 (área da 3ª Cia do 19ºBPM), e no ano seguinte, houve a implantação no município de Sombrio (área da 2ª Cia do 19ºBPM).

No ano de 2014, a Ronda Escolar foi reformulada e denominou-se “Gestão De Segurança Nas Escolas” e chamou a atenção dos envolvidos pelos excelentes resultados obtidos. Nesse ano, foram convidadas 34 escolas da cidade a participarem do projeto. Nesta ocasião, foi apresentado pelo capitão Alberto Cardoso Cichella, o programa Rede de Segurança onde está inserido o projeto Gestão de Segurança nas Escolas. A partir desta reunião as escolas passaram a receber as rondas especiais da Polícia Militar, agora, realizada por uma viatura específica para esse trabalho¹⁵.

Em 2015, foram realizadas mais de mil rondas escolares nos estabelecimentos de ensino de Araranguá-SC. Participaram do programa 35 escolas, das redes federal, estadual, municipal, privada e uma Organização não Governamental (ONG), totalizando 13.382 alunos¹⁶.

¹⁴ Informações contidas na reportagem virtual ‘Escolas da Regional de Araranguá contarão com Rondas da PM’, veiculada no site da AMESC. Disponível em: <http://www.amesc.com.br/noticias/index/ver/codMapaItem/42450/codNoticia/392820>, publicado no dia 04/06/2009.

¹⁵ Informações contidas na página da PMSC, disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/noticias/policia-militar-avaliacao-da-gestao-de-seguranca-publica-nas-escolas-apresenta-resultados-positivosdf.html>.

¹⁶ Informações contidas na página PMSC, disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/noticias/em-ararangua-pm-reune-se-com-diretores-de-escolas-para-tratar-da-operacionalizacao-do-projeto-para-2015.html>, publicado em 04/03/2015.

Atualmente, o projeto na área da 1ª Cia do 19º BPM abrange as unidades de ensino dos municípios de Araranguá, Maracajá e Balneário Arroio do Silva, com 45 instituições/escolas inscritas, num universo de 19.451 alunos¹⁷.

Contudo, o policiamento não é mais realizado apenas nos horários de entrada e saída das escolas. Busca-se com o projeto desenvolver as seguintes etapas: seleção estratégica dos estabelecimentos de ensino, reunião com a direção do colégio, ronda nos estabelecimentos de ensino com a utilização de guias de ronda, ciclo de palestras proferidas por policial militar capacitado (mediante agendamento), controle estatísticos das rondas e ocorrências, avaliação dos resultados.

A eficácia do projeto é demonstrada pela reportagem do Jornal Correio do Sul, o qual descreveu que esse trabalho traz vantagens para as escolas e para a segurança pública em três esferas: na prevenção, na aproximação e na resolução de problemas. Na área da prevenção é altamente eficiente, pois a presença da Polícia Militar nas escolas evita crimes e contravenções, trazendo mais segurança para os estudantes, professores, orientadores, diretores, funcionários e até mesmo para as pessoas que moram nas proximidades das escolas. Na ocasião, a técnica pedagógica da Instituição Espírita Casa da Fraternidade, Rosângela Correia Castilho, que está respondendo pela direção, ressaltou¹⁸:

“Nosso estabelecimento atende crianças e adolescentes de 06 a 16 anos e também trabalhamos com um grupo de mães. Desde quando iniciaram as rondas realizadas pelo projeto “Gestão de Segurança nas Escolas” melhorou muito o convívio na Instituição, pois todos se sentem mais seguros. Os alunos têm um ótimo relacionamento com os policiais militares e até o relacionamento dos alunos com os funcionários melhorou muito. Outro ponto bastante positivo é a troca de experiências com esses policiais que conhecem outras realidades de escolas da cidade e podem nos ajudar a solucionar problemas quando ocorrem e até mesmo evitá-los”.

Cabe salientar que no ambiente escolar também acontecem ocorrências, das mais diversas, tanto no lado externo como no interior dos estabelecimentos de ensino. Drogas são apreendidas e recolhidas, vandalismos, danos, depredações, agressões físicas, rixas e brigas são reprimidas diariamente e alguns estudantes precisam ser encaminhados à delegacia, acompanhados por membros do conselho tutelar e pelos policiais militares.

¹⁷ Informações com fulcro na base de dados do projeto Gestão de Segurança Escolar do 19º BPM (relatório mês-ano 04/2017).

¹⁸ Reportagem sobre segurança nas escolas do Jornal Correio do Sul, disponível em: <http://www.grupocorreiodosul.com.br/jornal/policia-militar-de-ararangua-garante-seguranca-nas-escolas/> - publicado em 04/2017.

Além disso, a Polícia Militar auxilia a direção dos colégios no combate à evasão escolar e indisciplina de alguns alunos. Para tanto, são realizadas palestras e conversas individuais com alguns estudantes, no intuito de obter uma maior aproximação da Polícia Militar com os estudantes da rede pública e privada do município de Araranguá/SC.

Por fim, destaca-se o relato do Capitão Alberto Cardoso Cichella da 1ª Cia do 19º BPM, responsável pela reestruturação do projeto na cidade de Araranguá-SC : “O que se busca é trabalhar de modo a contribuir para a formação dos alunos e para a criação de um ambiente sócio-moral cooperativo, em que estudantes, professores e policiais militares trabalhem no sentido de propiciar mais segurança para toda a comunidade. Cada vez mais continuaremos a fortalecer o trabalho de análise e solução de problemas, a presença policial militar nos colégios, as reuniões com alunos, pais, professores e as palestras direcionadas às solicitações de cada estabelecimento de ensino, aumentando, cada vez mais, os laços de cooperação. O sucesso do projeto está na participação efetiva dos diretores e professores, que estão sempre em contato com a Polícia Militar trazendo os problemas para juntos alcançarmos resultados aceitáveis”.

4 REDES SOCIAIS VIRTUAIS

As redes sociais surgiram no início da civilização, quando o homem reunia-se em volta de uma fogueira para compartilhar seus interesses, e diante da necessidade de dividir com o outro, criar laços sociais por causa das afinidades. (GONÇALVES, 2012, p.19).

No dizer de Weber (1987, p.77), chamamos de comunidade a uma relação social à medida que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes.

Com o advento da internet, surgiram as comunidades virtuais que apresentam caminhos múltiplos, onde a informação pode circular sem obstáculos a sua divulgação. Nesses espaços virtuais, os usuários criam perfis pessoais e compartilham essas informações (vídeos, fotos, mapas de localização, dentre outros). Estas redes sociais virtuais agregam um universo de pessoas que possuem o mesmo interesse ou partilham das mesmas afinidades e utilizam desse espaço virtual para comunicar e interagir. (GONÇALVES, 2012, p.20).

Por conseguinte, alguns softwares sociais capazes de incorporarem uma imensidão de comunidades virtuais, promovendo maior interação entre as pessoas, como por exemplo, o facebook, são desenvolvidos. (Machado e Tijiboy, 2005).

Portanto, uma rede social virtual é formada quando pessoas ou organizações são formadas por meio de um computador, mais especificadamente, através de um site.

Boyd e Ellison (2007) definem sites de rede social como serviços baseados na Web 2.0 que permitem aos indivíduos construir perfis públicos ou semipúblicos dentro de um sistema fechado, elencar outros usuários com os quais pode compartilhar conexões, ver e pesquisar as listas de conexões destes, bem como aquelas feitas por outros usuários dentro do sistema.

Para definir melhor a internet 2.0, destacamos os ensinamentos de Coutinho e Junior (2007, p. 200), onde as principais características são elencadas:

- Interfaces ricas e fáceis de usar;
- Sucesso da ferramenta depende do número de utilizadores, pois os mesmos podem ajudar a tornar o sistema melhor;
- Gratuidade na maioria dos sistemas disponibilizados;
- Maior facilidade de armazenamento de dados e criação de páginas online;
- Vários utilizadores podem acessar a mesma página e editar as informações;
- As informações mudam quase que instantaneamente;

- Os sites/softwarees estão associados a outros aplicativos tornando-os mais ricos e produtivos e trabalhando na forma de plataforma (união de vários aplicativos);
- Os softwares funcionam basicamente online ou podem utilizar sistemas offline com opção para exportar informações de forma rápida e fácil para a web;
- Os sistemas param de ter versões e passam a ser atualizados e corrigidos a todo instante, trazendo grandes benefícios para os utilizadores;
- Os softwares da web 2.0 geralmente criam comunidades de pessoas interessadas em um determinado assunto;
- A atualização da informação é feita colaborativamente e torna-se mais fiável com o número de pessoas que acede e atualiza;
- Com a utilização de “tags” em quase todos os aplicativos, ocorre um dos primeiros passos para a web semântica e a indexação correta dos conteúdos disponibilizados.

Nesse contexto, Matos (2015) expõe que a chamada web social (devido à sua preocupação com a participação dos utilizadores) é uma das características mais relevantes da internet 2.0, pois faculta a utilização da rede global de forma colaborativa, permitindo ao usuário utilizar e criar informações no meio digital, levando ao compartilhamento massivo do conhecimento de todos e de cada sem um controle hierárquico ou centralizado.

Elenca ainda,

É no paradigma da internet 2.0 que os softwares que permitem a criação de uma rede social na internet como, por exemplo, os Blogs, o Hi5, Facebook, Messenger e outras ganham notoriedade e força e as redes sociais na internet explodem como uma ferramenta de extremo poder. (MATOS, 2015, p.71).

Em contrapartida, Cruz (2010) ressalta que os sites de redes sociais virtuais não são a rede em si. Mas, sim, foram criados com o fim específico de criar redes sociais. Contudo, a rede só se constitui com o uso desta ferramenta.

Teoria esta, respaldada por Recuero (2009) quando afirma que os sites de redes sociais atuam como suporte para as interações que constituirão as redes sociais, porém não são redes sociais. Estes sites podem apresentá-las, auxiliar a percebê-las, mas é importante salientar que são, em si, apenas sistemas.

Por isso, a autora citada entende que o correto é dividir os elementos das redes sociais em atores e conexões, onde estas são o meio utilizado (sites) e aqueles são as pessoas representadas pelos nós dos relacionamentos efetivados no ciberespaço.

Assim, entende-se que as redes sociais ultrapassaram o âmbito acadêmico/científico, conquistando e ganhando espaço em outras esferas. Esse movimento pode ser observado chegando à internet e conquistando cada vez mais adeptos, agrupando pessoas com os mesmos objetivos, ou apenas pelo prazer de trazer a tona ou desenvolver uma rede de relacionamentos (Tomaél et al. 2005, p.95).

4.1 TIPOS DE REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Os tipos de redes sociais virtuais existentes são inúmeros. No entanto, no presente estudo serão conceituadas apenas as redes sociais mais usadas pela população, conforme pesquisa divulgada pelo portal de estatísticas Statista neste ano.

4.1.1 Sites

O termo site é definido por Silva (2009, p.77) como um conjunto de páginas *Web*, ou seja, de hipertextos acessíveis geralmente pelo protocolo HTTP na Internet. Sendo que o conjunto de todos os sites públicos existentes compõe a *World Wide Web*.

Ainda, segundo Silva (2009, p.65), os conteúdos dos sites podem ser de formas variadas como: vídeos, sons, hipertextos e figuras. O acesso a essas informações acontece por meio de um programa de computador chamado navegador para descarregar informações (chamadas "documentos" ou "páginas") de servidores web (ou "sítios") e mostrá-los na tela do usuário.

Desse modo, o usuário pode seguir as hiperligações na página para outros documentos ou mesmo enviar informações de volta para o servidor para interagir com ele. A prática de seguir hiperligações é usualmente chamada de "navegar" na *Web*. (SILVA, 2009, p.72).

4.1.2 Blogs

Na atualidade, as pessoas interagem de maneira muito fácil através da internet. E, por causa dessa facilidade em comunicar-se, surge uma "necessidade" de ter espaço próprio na rede. Muitas vezes esse espaço é encontrado nos blogs.

Acerca do assunto, Araújo¹⁹ explica que por causa desse interesse surgiram os *bloggers*, “serviços que oferecem ferramentas para possibilitar que internautas comuns publiquem seus próprios textos na internet”.

Esse conceito é confirmado pela *Wikipédia* (2015), onde *blogger* é uma palavra criada pela Pyra Labs, empresa do Google que desenvolveu e criou o *blogger*, e é definido como um serviço que oferece ferramentas para indivíduos publicarem textos na internet sem a necessidade de ter domínio técnico, de programação ou software.

Esses espaços individuais disponibilizados pelos *bloggers* receberam o nome de blogs, e tornaram-se as ferramentas de comunicação mais populares da internet. Mas, os blogs precisam de administradores, os quais são chamados de blogueiros.

A atualização frequente (postagens), exposição de idéias, posicionamento político, notícias, dicas de moda, beleza, dentre outros variados assuntos, são as características do blog.

Por fim, destaca-se que alguns dos serviços de blogs mais conhecidos da atualidade é o *Blogger* do Google²⁰ e o *Windows Live Spaces* da Microsoft²¹, que é vinculado ao *Messenger* mais utilizado no mundo, o MSN. Existe também o *WordPress*, um script blog desenvolvido em PHP (linguagem de programação), mas para utilizá-lo é preciso ter uma conta de hospedagem de sites na internet, entre outros detalhes.

4.1.3 Facebook

Considerada a mais popular rede social da história, o Facebook foi nominado dessa maneira por causa de um “livro artesanalmente preparado que passava de mão em mão entre os calouros das universidades americanas e que servia para que eles comessem a conhecer seus colegas na instituição — um maço de páginas encadernadas de forma mais ou menos tosca, contendo fotos de estudantes e algumas informações sobre cada um”²².

Criado por um grupo de quatro estudantes do curso de computação da Universidade de Harvard, Mark Zuckerberg (um dos estudantes) deu vida ao Facebook quando desenvolveu seu software. Inicialmente, era destinado apenas para alunos da universidade. Porém, diante

¹⁹ _Artigo “O que são blogs”, publicado por Conceição Araújo. Disponível em: <http://www.infoescola.com/informatica/o-que-sao-blogs/> - Acesso em: 17 de abril de 2017.

²⁰ Informações disponíveis na página oficial (<http://www.blogger.com/home>) – Acesso em 19 de abril de 2017.

²¹ Informações disponíveis na página oficial (<http://spaces.live.com>) – Acesso em 19 de abril de 2017.

²² Artigo “A origem do Facebook”, publicado por Carlos Alberto Teixeira em 18/06/2012, no Jornal virtual O Globo, disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/a-origem-do-facebook-4934191>, acesso 22 de abril de 2017.

do potencial econômico apresentado, tornou-se aberto para todos os públicos no ano de 2006²³.

A principal missão do Facebook é explanada na página do site oficial da rede social no Brasil, qual seja: “A missão do Facebook é dar às pessoas o poder de compartilhar informações e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado.”²⁴ Isto é realizado através da possibilidade de “milhões de pessoas [...] compartilhar um número ilimitado de fotos, links, vídeos e conhecer mais as pessoas com quem você se relaciona.”

Souza (2013, p.93) analisa que o site da rede social Facebook não apresenta limite de caracteres nas suas postagens com texto, bem como para publicação de imagens, vídeos, áudios, links e localização. A autora destaca ainda a possibilidade de “marcar os usuários nas publicações. Trata-se de um tipo de link: quando alguém é “marcado” significa que foi criado um link para o perfil desta pessoa”. (Souza, 2013, p.93).

Segundo Santaella e Lemos (2010, p. 67 apud Souza, 2013, p.93), “o Facebook tem um caráter mais privado, sendo caracterizado como um espaço que tem como foco a interação social entre os contatos pessoais.”

Para criar um perfil é necessário o cadastramento dos seguintes dados: nome data de nascimento, gênero, endereço de e-mail e escolher uma senha. Além desses dados é possível adicionar uma foto de perfil e de capa, informações sobre os locais de estudo, trabalho, naturalidade, endereço de domicílio, religião, preferência política, idiomas, citações favoritas e relacionamento afetivo. Sendo que outras pessoas da rede que possuem um vínculo com o usuário podem ser marcadas (namorado, marido, mãe, pai, irmãos e primos), bem como adicionar filmes, programas de tv, músicas e livros favoritos. E ainda, existe um espaço para álbuns de fotos, nos quais é possível marcar outros amigos da rede social e adicionar a localização. (MATOS, 2015, p.74).

Acerca do tema, Matos (2015, p.74) destaca que o usuário pode criar dois tipos de contas, o primeiro é para pessoas físicas que criam um perfil, o segundo chama-se fanpage e são páginas direcionadas a empresas, organizações e marcas. Após criar sua conta no site, os usuários têm acesso a um mundo de informações, no qual podem trocar mensagens, fotos, vídeos ao vivo, atualizações automáticas em seu perfil, dentre outras funções. E ainda, os usuários podem participar de grupos do seu interesse, onde passam a conhecer outros usuários

²³ Artigo “A origem do Facebook”, publicado por Carlos Alberto Teixeira em 18/06/2012, no Jornal virtual O Globo, disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/a-origem-do-facebook-4934191>, acesso 22 de abril 2017.

²⁴ Informações publicadas na página oficial do Facebook/Brasil: https://ptbr.facebook.com/pg/FacebookBrasil/about/?ref=page_internal - Acesso em 22 de abril 2017.

que queiram discutir ou simplesmente se identificam com os assuntos abordados. Por este motivo, os usuários vão aumentando seu círculo de amigos adicionando novas pessoas ao seu perfil de acordo com seus interesses, resultando em uma maior interação entre o usuário e pessoas do mundo inteiro.

Finalmente, salienta-se que o Facebook é preferência mundial, tendo em vista a publicação do site G1/Globo, onde a página "Tecnologias e Games" anunciou no mês de abril de 2016 que o Facebook atingiu a marca de um bilhão de usuários acessando a página todos os dias²⁵.

4.1.4 Instagram

Desenvolvido no ano de 2010 e adquirido pelo Facebook em 2012, o Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos mais populares do mundo. Possui um aplicativo disponível para Android, iOS e Windows Phone, onde a instalação e o uso é gratuito e fácil de utilizar, permitindo aos seus usuários capturar fotos e vídeos, aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook e Twitter. (MATOS, 2015, p.74).

O instagram foi criado por Kevin Systrome e Mike Krieger em 2010, sendo que no ano de 2014 atingiu a marca de 300 milhões de usuários ativos mensalmente. Ao todo, mais de 70 milhões de fotos são publicadas todos os dias no Instagram, de acordo com a publicação do jornal online Estadão. (CAPELAS, 2014).

Conforme explica Matos (2015, p.74), o Instagram é distribuído através da Apple AppStore, Google Play e Windows Phone Store. O aplicativo foi originalmente disponível apenas para o iPhone, iPade, iPodTouch; em abril de 2012 foi adicionado suporte para Android's com câmera.

Por fim, a conta do usuário pode ser cadastrada através do Facebook ou com um endereço de e-mail, podendo ser acessado por dispositivos móveis e computadores domésticos com sistema operacional Windows, este último desde 2013.²⁶

²⁵ Informações contidas na página <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/facebook-atinge-marca-de1-bilhao-de-usuarios-todos-os-dias.html>, publicado em 28/04/2016 e acesso em 22 de abril de 2017.

²⁶ “Como criar uma conta no instagram; saiba o que é e como funciona a rede”. Artigo publicado por Livia Damaso em 13/01/2014. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2014/01/como-fazer-uma-conta-no-instagram-saiba-o-que-e-e-como-funciona-rede.html> - Acessado em 22 de abril de 2017.

4.1.5 Twitter

Diante dos ensinamentos de Souza (2013, p.88), denota-se que o Twitter pode ser considerado um microblog, pois apresenta características de blogs com redes sociais e mensagens instantâneas.

O Twitter possui a seguinte missão: “Oferecer a todos o poder de criar e compartilhar idéias e informações instantaneamente, sem qualquer obstáculo”²⁷; bem como declara na sua página oficial do Brasil que: “O Twitter é a melhor maneira de se conectar com as pessoas, se expressar e descobrir o que está acontecendo.”²⁸

Os desenvolvedores do Twitter em 2006 foram Jack Dorsey, Biz Stone e Evan Williams, os quais criaram o mesmo para apenas troca de SMS entre os integrantes da Odeo, em São Francisco – EUA. Contudo, foi aberto ao público em julho do mesmo ano, e vem apresentando os seguintes índices, até o ano de 2016:

- a) 313 milhões de usuários ativos por mês ;
- b) São enviados por dia 1 bilhão de Tweets;
- c) Dos usuários ativos do Twitter, 82% acessam via aplicativos móveis;
- d) Das contas, 79% estão fora dos EUA;
- e) O Twitter oferece suporte a mais de 40 idiomas;
- f) São 3.860 funcionários em escritórios ao redor do mundo.²⁹

Segundo Souza (2013, p.89), os usuários manifestam-se através dos “*tweets*” (postagens de texto), os quais no Twitter são limitados a 140 caracteres. Além disso, é possível adicionar imagens, vídeos e a localização da pessoa que está twittando (Geolocalização/Geotagging).

Nesse íterim,

No Twitter os perfis são formados por seguidores (followers) e pessoas as quais você segue (following). Ou seja, não é algo mútuo, mas sim, unidirecional. Assim, uma pessoa pode seguir um determinado perfil, e não necessariamente, ser seguido por ele também, pois não há a necessidade de aprovar os seguidores, visto que por padrão, todas as contas do twitter são públicas. Contudo, é possível personalizá-las para privada. Nesse caso, só será possível seguir o perfil se o pedido de aprovação

²⁷ Informações obtidas na página oficial do Twitter, disponível em: <https://about.twitter.com/pt/company> - Acesso em 22 de abril de 2017.

²⁸ Informações obtidas na página oficial do Twitter, disponível em: <https://about.twitter.com/pt> - Acesso em 22 de abril de 2017.

²⁹ Informações obtidas na página oficial do Twitter, disponível em: <https://about.twitter.com/pt/company> - Acesso em 23 de abril de 2017.

for aceito pelo proprietário da conta. Os tweets e as menções serão vistos apenas pelos seguidores aprovados. (SOUZA, 2013, p.90).

Conforme explicitado por Matos (2015, p.76), todos os tweets publicados de um usuário ficam disponíveis para todos os seus seguidores no histórico da página inicial e também na linha de tempo de quem posta. E ainda, essas postagens podem ser republicadas (retweets), ficando acessível a todos os seguidores de quem replica a mesma.

Antes as informações explanadas, Souza (2013, p. 91) afirma que “no Brasil, o Twitter é a quarta rede social mais acessada depois do Facebook, do Youtube e Ask.fm, segundo levantamento da Serasa Experian divulgado em junho de 2013 ” ficando atrás apenas dos Estados Unidos em número de usuários.

Em fim, no plano global, o Twitter é a 10ª rede social com maior número de usuários ativos atualmente³⁰.

4.1.6 WhatsApp

O Brasil possui atualmente uma das maiores e crescentes bases de usuários de WhatsApp no mundo.

Em 2015, Marcelo Teixeira³¹ publicou um artigo sobre o whatsapp no site Techn-Brazil, no qual afirmou que:

Desde seu lançamento, o WhatsApp tem expandido seu alcance continuamente entre os usuários móveis brasileiros, tornando o país uma das maiores audiências no mundo. Um exemplo da taxa de crescimento do serviço pode ser encontrado em relatórios oficiais publicados do início de 2014. Em fevereiro daquele ano, representantes do WhatsApp anunciaram que a base de usuários brasileira chegava a 38 milhões, e saltando para 45 milhões nos dois meses seguintes.

Na sua página oficial, o whatsapp é definido como um “um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS. Está disponível para iPhone, BlackBerry, Android, Windows Phone, Nokia e sim, esses telefones podem trocar mensagens entre si! ”³².

³⁰ Informações obtidas em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/> - Acesso em 23 de abril de 2017.

³¹ Artigo “Tudo Sobre o Whatsapp no Brasil”, disponível em: <https://technbrazil.com.br/tudo-sobre-whatsapp-no-brasil> - Acessado em 23 de abril de 2017.

³² Informações colhidas em https://www.whatsapp.com/?l=pt_br, acessado em 14 de abril de 2017.

Além disso, é considerado um aplicativo de redes sociais porque além das mensagens básicas, os usuários do WhatsApp podem criar grupos, enviar mensagens ilimitadas com imagens, vídeos e áudio. Sendo que no ano de 2015, o aplicativo passou a contar com o serviço de ligação através de VOIP.

Destaca-se ainda, que o WhatsApp Messenger usa o plano de dados de internet do seu smartphone e por isso não gera aumento de custo com a telefonia.

Fundado por Jan Koum e Brian Acton, durante vinte anos ficaram no Yahoo. Mas, em 2014 o Facebook comprou o Whatsapp, quando o aplicativo já possuía cerca de 600 milhões de usuários, pelo valor de US\$ 19 bilhões. Segundo o site Yahoo / Notícias, Zuckerberg (proprietário do Facebook) chegou neste valor com o seguinte raciocínio: “2 bilhões de dólares para a base de usuários do WhatsApp, 488 milhões para o “ valor da marca”, 288 milhões pela tecnologia e 15,3 bilhões em valor de “goodwill”, ou o tal custo intangível.”³³

E assim, no ano de 2016, o aplicativo alcançou a marca de um bilhão de usuários, ocasião em que Zuckerberg, atual proprietário, declarou que poucos serviços conectam essa quantia de pessoa. É o equivalente a uma em cada sete pessoas na Terra³⁴.

4.2 A EDUCAÇÃO E AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS

O mestre da educação Paulo Freire (1987, p.39) ensina que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 1987, p.39). Esta afirmação é um exemplo de educação em rede, a qual nos dias atuais dispõe dos ambientes virtuais como importante ferramenta educacional e são definidos por Freitas (2004, p.17) como “Sociedades Aprendentes e Comunidades de Prática Educativa”, sustentadas pelo uso de tecnologias Web.

De acordo com Fernandes (2011, p.20), estas comunidades surgem sobretudo com o advento da chamada “Web 2.0”, que retrata um conjunto de tecnologias que potenciam as relações sociais na Web e que ao mesmo tempo potenciam formas complementares de aprendizagem. Quanto a Web 2.0, Barros (2011) destaca: “enquanto rede de autor e produção individual, coletiva e colaborativa [...]”, propicia “novas formas e possibilidades de criação de

³³Informações colhidas <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/pedro-burgos/whatsapp-que-foi-comprado-por-us-19-bilhoes-pelo-170751956.html> , acessado em 14 de abril de 2017.

³⁴ Informações obtidas em notícia veiculada no site G1/Tecnologias e Games em 02/02/2016, disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/02/whatsapp-alcanca-1-bilhao-de-usuarios.html> - Acesso em 23 de abril de 2017.

conteúdos e de utilização desses mesmos conteúdos, nomeadamente, como podcasts, blogues, bookmarks sociais, redes sociais, atividades em mundos virtuais e wikis.”.

Nesse sentido, os softwares sociais possibilitam o encontro de pessoas que tenham interesses similares e múltiplas visões, facilitando o estabelecimento da comunicação e ampliando as atividades de cooperação e reconhecimento do outro, o que implica numa mobilização coletiva, conforme nos mostra Lévy (1999, p. 30):

Na era do conhecimento, deixar de reconhecer o outro em sua inteligência é recusar-lhe sua verdadeira identidade social, é alimentar seu ressentimento e sua hostilidade, sua humilhação, a frustração de onde surge a violência. Em contrapartida, quando valorizamos o outro de acordo com o leque variado de seus saberes, permitimos que se identifique de um modo novo e positivo, contribuimos para mobilizá-lo, para desenvolver nele sentimentos de reconhecimento que facilitarão, conseqüentemente, a implicação subjetiva de outras pessoas em projetos coletivos.

Acerca das redes sociais, Leka e Grinkraut (2014, p.4) comentam que as mais populares e mais utilizadas são aquelas em que se publicam materiais e temas de diversos gêneros. Inicialmente, a principal característica dessas redes, era a de manter ou criar relacionamentos entre amigos, mas atualmente, tornou-se um grande recurso, para expor e compartilhar ideias, realizar debates, divulgar notícias, entre outros. Além disso, as autoras citadas informam que:

A primeira rede social de grande sucesso no Brasil foi o Orkut, criado em 2004. Seus principais focos eram as amizades e as comunidades, que tratavam de assuntos em comum entre os usuários. No entanto, o Orkut, ficou praticamente esquecido e bem menos utilizado, após o crescimento rápido do Facebook. Muitos usuários deixaram de acessar o Orkut e passaram a utilizar somente o Facebook, que surgiu com mais recursos e tornou-se mais completo e inovador. (LEKA; GRINKRAUT, 2014, p.4).

Sobre a rede social Facebook como instrumento no processo de aprendizagem, a mesma tornou-se não só um canal de comunicação e um destino para pessoas interessadas em procurar, partilhar ou aprender sobre determinado assunto, mas também, um meio de oportunidades para o ensino superior, designadamente: é uma ferramenta popular; fácil de usar; não necessita de desenvolvimento interno ou de aquisição de software; é útil para alunos, professores e funcionários; permite a integração de diversos recursos; fornece alternativas de acesso a diferentes serviços; permite o controle de privacidade (podemos controlar a informação que queremos que os outros vejam sobre nós); e, acima de tudo, não a podemos ignorar. (GONÇALVES; PATRÍCIO, 2010, p. 7).

Segundo Lorenzo (2013, p.73), instituições e educadores têm utilizado cada vez mais o Facebook, com intuito de aperfeiçoar o processo educativo e a comunicação com os alunos, pois, segundo o autor, “Há inúmeras formas de utilizar a rede mais popular do mundo em sala de aula”.

Outro ambiente considerado por Lendengue e Keina (2010, p. 03), são os blogs, que podem ser considerados como tecnologia educacional, pois proporcionam por meio de recursos de fácil utilização, um ambiente de interação e escrita colaborativa, além de um espaço virtual crítico e independente na web.

Ademais,

Com o recurso do blog, o professor tem um enorme espaço para se comunicar e interagir com seus alunos, pois, por meio dele, é possível tornar a aula mais divertida. O blog também possibilita, ao professor, a aproximação dos alunos, torna possível a reflexão sobre as suas colocações - baseado nas interações com seus alunos - o conecta ao mundo, complementa a sua aula, permite a troca de experiências com colegas e por fim, torna o seu trabalho visível a todos. (BRASIL, 2000, p.5)

No mais, o Twitter é considerado por Lorenzo (2013, p.79) como uma ferramenta educacional, a qual possui os seguintes pontos positivos: pode tornar-se um recurso para avaliação, de opinião ou pesquisa; promoção de debates; compartilhamentos de vídeos; desperta o senso crítico, criativo e sintético dos alunos; obtenção de informações úteis, como datas importantes, por exemplo; os professores tornam-se mais acessíveis, os alunos mais tímidos podem se expressar, os professores podem obter feedback das aulas.

Diante desses exemplos de ambientes virtuais, denota-se que as redes sociais podem contribuir para a mobilização dos saberes, o reconhecimento das diferentes identidades e a articulação dos pensamentos que compõem a coletividade. Por isso é possível a escola fazer uso dessas redes sociais levando em consideração as intervenções intencionais dos professores, que podem funcionar como agentes capazes de contribuir para o aprofundamento das temáticas discutidas nesses espaços e orientar as discussões, auxiliando no aprofundamento dos temas, na síntese de idéias, no levantamento de aspectos significativos e nos secundários, na análise crítica dos dados. (MACHADO; TIJIBOY; 2005, p.36).

Por fim, as redes sociais virtuais são recursos recentes nas sociedades informatizadas e requerem um olhar atento sobre suas possibilidades e alcances para a educação, devendo ser objeto de estudo em outras pesquisas para que se possa aprofundar e avançar em novas direções. Sabe-se que é um espaço de construção de identidades, de encontro e confronto com o

outro, de produção de saberes, de circulação de valores e de pluralidades. (LÉVY, 1999, p.88).

4.2.1 Violência Escolar

O conceito de violência é considerado bastante amplo. É um fenômeno inerente à vida humana que permeia historicamente a vida social e só pode ser explicado a partir de determinações culturais, políticas, econômicas e psicossociais, intrínsecas às sociedades humanas. A violência apresenta características e as seguintes formas: violência doméstica, política, policial, religiosa, criminal, simbólica, nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem, a criança, a mulher, o idoso, o portador de necessidades especiais, o afro-descendente, o homossexual, entre outras. (PRIOTTA; BONETI, 2009, p.162).

Violência escolar são todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) praticados no ambiente escolar. (PRIOTTA; BONETI, 2009, p.162).

No livro “Violência na escola”, o autor Colombier (1989) retrata a opinião normalmente exposta pelo corpo docente da escola. Ou seja, trata-se de entender o fenômeno da violência nas escolas como atos de violência contra as instalações da escola, contra os professores e dos alunos uns contra os outros, apontando os fundamentos socioeconômicos e familiares como causa, numa tentativa de apontar possíveis soluções para o problema.

Sendo que a violência escolar para Priotto (2008) e a violência na escola para Abramovay (2003) pode se expressar através dos seguintes eventos:

- a) violência Física: de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro (s) ou de grupo (s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios. Além das diversas formas de agressões sexuais;
- b) agressão Física: homicídios, estupros, ferimentos, roubos, porte de armas que ferem, sangram e matam.
- c) violência Simbólica: Verbal - abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso desímbolos de autoridade; Institucional – marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder;
- d) violência Verbal: incivilidades (pressão psicológica), humilhações, palavras grosseiras, desrespeito, intimidação ou “bullying”.

O bullying, considerado como um ato de violência, devido aos comportamentos apresentados, tem origem na palavra inglesa bully, ou seja, valentão. Isto ocorre “quando alguém faz ou diz coisas para mostrar poder sobre outra pessoa”. Para os autores, os resultados dessa violência podem causar “desinteresse pelos estudos, depressão ou até reações extremamente violentas”. (AMORIM; ROMANELLI, 2005, p. 65 apud WHAT, 2003).

Denota-se que atitudes como ofender, ignorar, excluir, ferir, humilhar, sempre foram encontradas nas escolas, não importando se de ensino público ou particular, se de ensino fundamental ou médio. O fenômeno tem-se estendido cada vez mais para as séries iniciais e acaba muitas vezes por sair da escola e invadir a vida pessoal, através de mensagens pela Internet e celulares. (PRIOTTA; BONETI, 2009, p.168).

Diante dessas características de violência escolar expressas acima, os autores Charlot (1997) e Abramovay (2003) classificaram os atos e as ações de violência na escola em três níveis: a incivildade (humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito), violência (agressões, furtos, danos, violência sexual, ...) e a violência simbólica ou institucional, quando há a falta de sentido em permanecer na escola por tantos anos e considera o ensino como um desprazer que obriga o jovem a prender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos; a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absentismo e a indiferença dos alunos. (CHARLOT, 1997 apud ABRAMOVAY, 2003, p. 95).

Por outro lado, esse olhar sobre a violência escolar consiste em um ganho na medida em que possibilita a defesa por um conceito de violência fundamentado num contexto social, histórico, cultural em que ele se dá com vantagens de poder envolver ações, comportamentos e situações diferenciadas que envolvem indivíduos distintos (professores, alunos, membros da comunidade e demais membros da comunidade escolar).

Portanto a violência escolar pode ser entendida como uma construção social, que se dá em meio a interações entre sujeitos no espaço escolar. Enfatizando a probabilidade da violência como um processo social que compreende tanto relações externas como internas, e institucionais, em particular no que tange às relações sociais entre sujeitos diversos. (PRIOTTA; BONETI, 2009, p.170).

4.3 PRÁTICAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS

A aplicação das redes sociais virtuais com o propósito de promover a atuação da Polícia Comunitária é método reconhecido mundialmente.

No âmbito mundial, podemos citar os países anglo-saxões Estados Unidos e Austrália. O primeiro, desde que implantou o policiamento comunitário, os departamentos de polícia tentam aumentar o seu envolvimento com os moradores da comunidade local e a aplicação da lei, sendo que o Facebook apresentou-se como um forte aliado. (DYE, 2009, p.36).

Após o esclarecimento de alguns crimes através da contribuição eficaz das redes sociais virtuais, a instituição policial americana foi pioneira no uso dos meios de comunicação social, principalmente com o Facebook, Twitter, YouTube, WhatsApp, blogs [...]; ou seja, todos os meios tecnológicos disponíveis, a fim de combater a criminalidade. (ALEXANDER, 2011, p.45).

O segundo país, a Austrália, implantou o Projeto Eyewatch considerado uma estratégia de Polícia Comunitária, o qual foi adotado pela Força Policial do Estado de New South Wales (NSW Police Force), que utiliza o Facebook para envolver as pessoas online nas questões policiais que afligem a comunidade. Tal projeto tem como objetivos: fornecer à comunidade um maior acesso à polícia; fomentar o engajamento em tempo real; buscar um consenso sobre um problema; fornecer informações precisas e atualizadas; realizar debates para que se encontrem soluções; criar uma capacidade de fornecer feedback e; desenvolver uma rede de comunidades de alto valor. (BACCIN e CRUZ, 2015, p.22 apud NSW POLICE FORCE, 2012).

Estudos mostram que as organizações policiais podem aumentar a confiança do público se forem interativas, visíveis e atraentes e se mantiverem o público informado sobre as questões do crime local. O Projeto Eyewatch é um exemplo dessa abordagem moderna, em que os serviços de policiamento são entregues em maneiras inovadoras, que aumentam a confiança do público. (BACCIN e CRUZ, 2015, p.22 apud KELLY, 2013).

Na Itália, em escolas de mais de 100 províncias, a Polícia interage com os estudantes através de oficinas educacionais sobre os riscos da internet, visando à prevenção relacionada ao cyberbullying, a violação da privacidade dos outros e a própria, fazer o upload de conteúdo impróprio, violação de direitos autorais, e 'adoção de comportamento incorreto ou perigoso para si e para os outros. Esse projeto abrange mais de 60 mil crianças e é apresentando com os slogans “*mais Internet para todos*” ou “*o poder da Internet*”. A iniciativa também tem uma página de livro de rosto, uma vida social e um perfil no Twitter, em que descreve todas as

atividades e mostra as impressões de quem interage diretamente através de redes sociais. (FESTA, 2016).³⁵

No Brasil, as mídias sociais também são utilizadas de forma a dinamizar o policiamento comunitário. Um exemplo disso é a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), a qual vem investindo nas redes sociais virtuais para aproximar a população, melhorar sua imagem e criar novos canais para denúncias (Facebook, Instagram e números de whatsapp). Essa prática iniciou no ano de 2015, com a criação da página oficial da PMERJ no Facebook, o movimento rumo às mídias sociais começou a se espalhar pelos 39 batalhões de todo o Estado, 38 Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) da capital e demais unidades (que juntas somam mais de 100). O resultado disso foi prisões e operações especiais realizadas a partir de denúncias feitas pelas redes ou pelo WhatsApp, além da alteração da rotina policial em alguns locais. (PUFF, 2015).

Seguindo a tendência mundial e nacional, a PMSC também criou perfis nas mídias sociais. O diálogo entre instituição policial e cidadão, por meio da rede social Facebook, demonstra a interação e a aproximação que já vem ocorrendo na cidade de Jaraguá do Sul/SC, uma das fanpages mais atuantes da PMSC, por exemplo, corroborando os princípios de Polícia Comunitária; o cidadão que recebe um atendimento via rede social cria uma impressão positiva da instituição pública, sentindo-se acolhido pelo órgão policial, o que se reverte na tão almejada sensação de segurança para a coletividade e, em última análise, na própria resolução dos problemas da segurança pública. (BACCIN e CRUZ, 2015, p.28).

Em Araranguá, município onde está instalada a sede do 19º BPM, o aplicativo WhatsApp é ferramenta primordial no Projeto Vizinho Solidário, lançado em 2015. Segundo a página oficial no Facebook do 19º BPM, este projeto consiste na parceria firmada entre a comunidade e a Polícia Militar, onde pequenos núcleos de moradores de determinado bairro ou mais especificamente determinada rua, reúnem-se com o propósito de conscientizar os demais moradores a participarem ativamente da segurança de todos. Esse grupo de vizinhos participa de um treinamento e recebem orientações sobre estrutura de redes, segurança na transmissão de informações, dicas de segurança pessoal e residencial, bem como informações a respeito de arquitetura para o crime, algumas mudanças são indicadas e realizadas. A melhoria da iluminação pública, seguida da colocação de câmeras de segurança instaladas ao longo de toda a rua, adquiridas com recursos dos próprios moradores, são alguns exemplos de mudanças. As

³⁵ Notícia intitulada como **POLIZIA E STUDENTI INSIEME PER L'ITALIAN INTERNET DAY**, veiculada no Jornal TV OGGI – La Notizia in um click em 29/04/2016, por Marcello Festa. Disponível em: <http://www.tvoggisalerno.it/polizia-e-studenti-insieme-per-litalian-internet-day/>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

imagens capturadas por essas câmeras ficam a disposição dos moradores e de um representante da Polícia Militar. Por conseguinte, um grupo de whatsapp é criado, no qual participam os moradores da rua em que o projeto foi implantado e um representante da Polícia Militar, o que facilita a troca de informações e promove a agilidade nesse processo³⁶.

O 19º BPM possui uma fanpage no Facebook, onde 12.819 pessoas curtiram a página, e que é utilizada como ferramenta para publicar informativos de prevenção ao crime, notícias relacionadas à rotina das guarnições de serviço (ocorrências relevantes, por exemplo), eventos, dentre outras informações. Os policiais que atuam no PROERD da 1ª Cia do 19º BPM também criaram uma fanpage no Facebook, a qual conta com 2.204 curtidas³⁷.

Confirmando a importância das redes sociais virtuais, os CONSEGS no Vale do Araranguá não conseguem ser praticados com efetividade por causa da não utilização das TICs pelos membros.³⁸ Mesmo sabendo, que “as redes sociais digitais apresentam-se como um campo fértil para difundir a filosofia e divulgar as ações dos CONSEGS [...]”. (MATOS, 2015, p.109).

³⁶ Informações obtidas na página oficial PMSC, disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/noticias/em-ararangua-pm-lanca-oficialmente-projeto-vizinho-solidarioquote.html> - Acesso em 26/01/2017.

³⁷ Informações obtidas nas fanpages disponíveis em: <https://www.facebook.com/proerdararangua/> e <https://www.facebook.com/19bpm/>. Acesso em: 22/05/2017.

³⁸ Pesquisa divulgada no trabalho realizado por Márcio Giani Rosa de Matos, intitulado REDES SOCIAIS E A POLÍCIA COMUNITÁRIA: ESTUDO DE CASO DOS CONSEGS DO VALE DO ARARANGUÁ, monografia submetida ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Segurança Pública e Direitos Humanos, em 2015. Disponível em: <http://posticsenasp.ufsc.br/files/2015/07/TCC-marcio.pdf>.

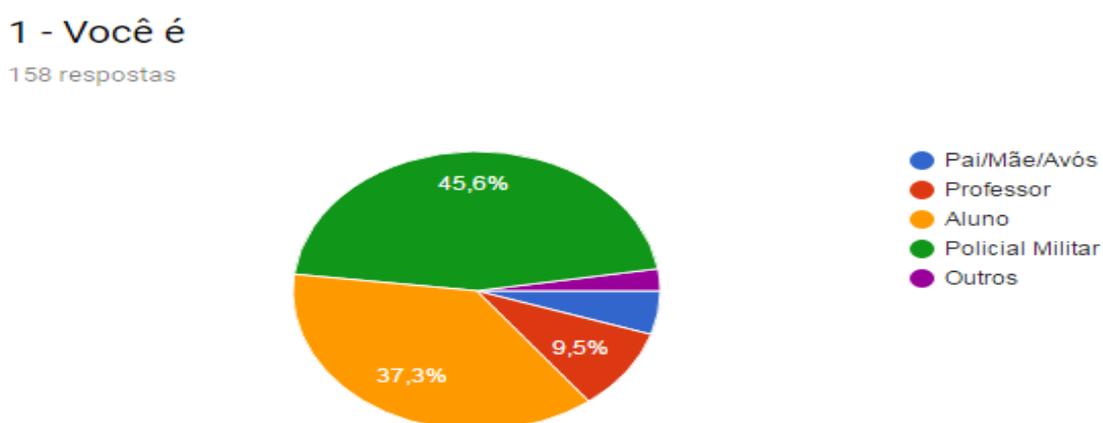
5 ANÁLISE DOS DADOS

A utilização das redes sociais para auxiliar na prática das ações de polícia comunitária é considerada eficaz, conforme foi demonstrado no decorrer do presente trabalho.

Analisando que a rede de segurança escolar que atua na 1ª Cia do 19º BPM não trabalha atualmente com este tipo de ferramenta virtual, ou seja, com uma página no Facebook, realizamos uma pesquisa para identificar de que maneira os integrantes da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, pais) fazem uso das redes sociais virtuais, e se os mesmos consideram essa prática benéfica para aproximá-los da polícia militar. Nessa pesquisa foram entrevistadas 158 pessoas, e a mesma foi aplicada para policiais militares, pais/responsáveis, estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino públicas e privadas.

Após a coleta dos dados, foi possível constatar que a maioria dos entrevistados eram policiais militares e alunos, conforme podemos verificar no gráfico abaixo.

Figura 1: Identificação do entrevistado.



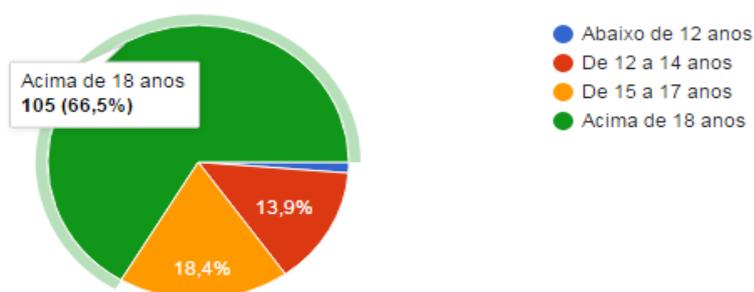
Fonte: Elaborado pelo autor.

A faixa etária dos entrevistados é predominantemente acima de 18 anos, seguido pela idade entre 15 e 17 anos de idade. Destaca-se que foi priorizado entrevistar alunos do ensino médio, haja vista estes possuírem um maior entendimento acerca dos problemas sociais e assuntos referentes à segurança pública.

Figura 2: Faixa etária dos entrevistados.

2 - Qual a sua idade?

158 respostas



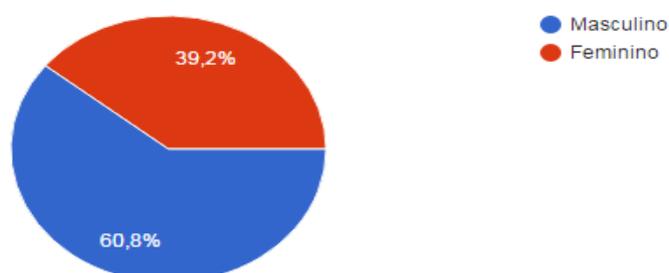
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao sexo, a maioria é masculina, pois 60,8% dos entrevistados são homens. Além disso, o grau de instrução dos entrevistados também foi alvo de investigação e demonstrou que um percentual expressivo de 56,3% possui ensino superior completo. Os gráficos a seguir, explanam os resultados mencionados.

Figura 3: Quanto ao sexo.

3 - Qual o seu sexo?

158 respostas

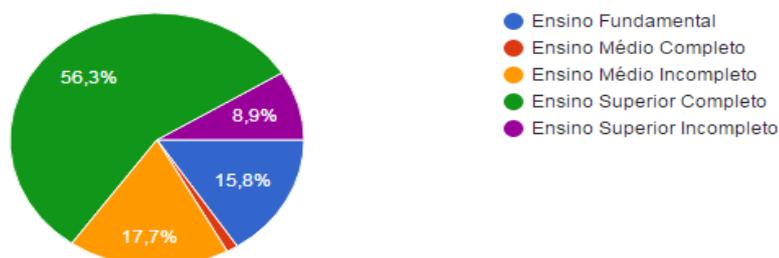


Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 4: Grau de instrução.

4 - Qual a sua escolaridade?

158 respostas



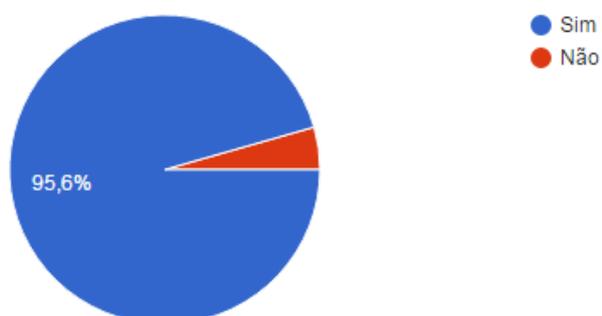
Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a utilização das redes sociais virtuais, 95,6% acessam as redes sociais com frequência. Sendo que a maioria dos entrevistados tem acesso às redes sociais durante cinco ou mais dias por semana. E, o tempo utilizado por dia pelos entrevistados acessando as redes sociais é de até 1 hora para 31%; até 2 horas para 25,3%; e, até 5 horas para 11,4%.

Figura 5: Utilização das redes sociais.

5 - Você utiliza alguma(s) rede(s) social(is) com frequência?

158 respostas

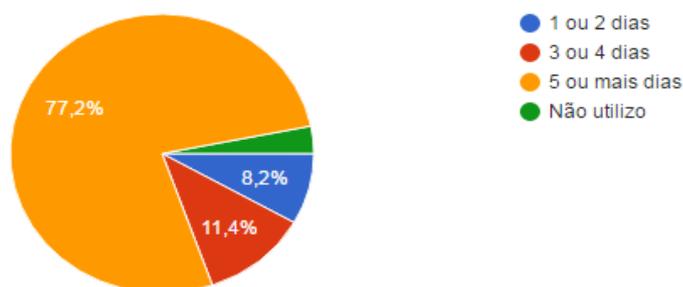


Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 6: Utilização das redes sociais por semana.

6 - Quantos dias por semana você acessa redes sociais?

158 respostas

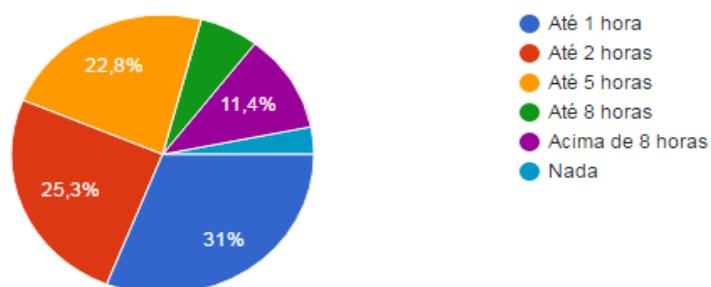


Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 7: Tempo utilizado por dias nas redes sociais.

7 - Em média, quanto tempo por dia você utiliza acessando redes sociais?

158 respostas



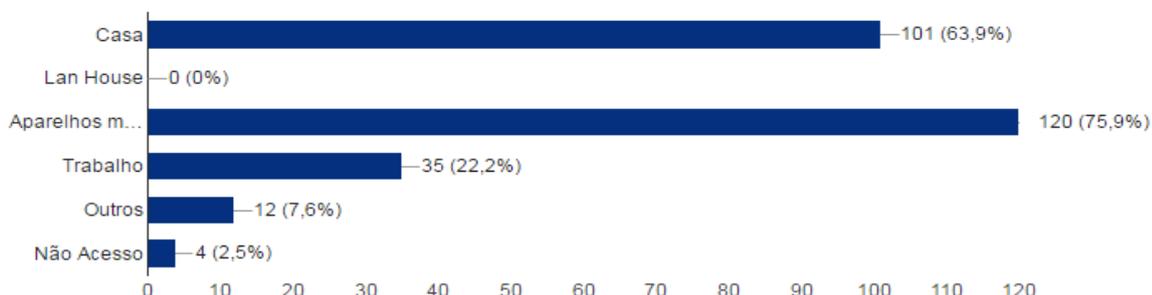
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os aparelhos móveis (por exemplo, smartphones e tablets) e a rede de internet doméstica (casa) são os meios mais utilizados para acessar as redes sociais pelos entrevistados. Entretanto, uma minoria correspondente a 2,5% dos entrevistados não acessam as redes sociais.

Figura 8: Meios utilizados para acessar as redes sociais.

10 - Como você acessa as redes sociais? (pode assinalar várias alternativas)

158 respostas



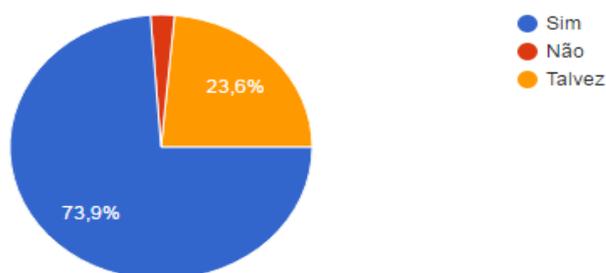
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao poder de influência das informações veiculadas nas redes sociais, 73,9% dos entrevistados acreditam que pode sim, influenciar; e 23,6% responderam que talvez possa haver influência na formação de opinião delas.

Figura 9: Poder de influência das redes sociais na formação de opinião dos entrevistados.

11 - Você acredita que as redes sociais influenciam nas opiniões das pessoas?

157 respostas



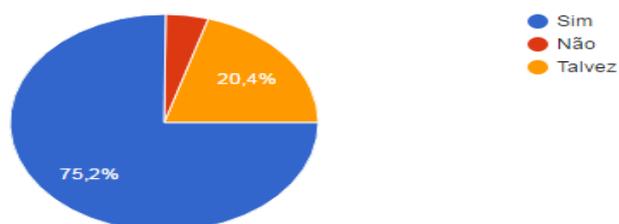
Fonte: Elaborado pelo autor.

No que tange a aproximação da comunidade com os serviços realizados pelas instituições de segurança pública, a maioria dos entrevistados acredita que as redes sociais podem exercer auxiliar na relação de aproximação.

Figura 10: Sobre aproximação da comunidade com os serviços de segurança pública.

12 - Você acredita que as redes sociais podem aproximar a comunidade dos serviços de segurança pública?

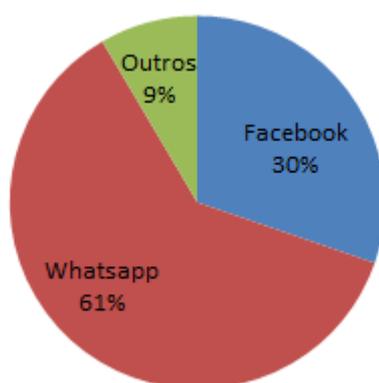
157 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à preferência dos tipos de redes sociais virtuais, o whatsapp e o facebook são as opções que predominam no interesse dos entrevistados. Ressaltando que 81,5% dos entrevistados possuem conta no Facebook.

Figura 11: Rede social preferida.

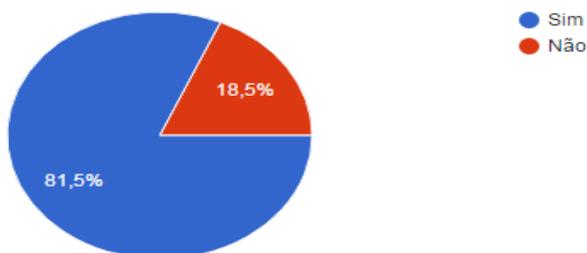


Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 12: Uso do Facebook.

13 - Você faz uso do Facebook?

157 respostas



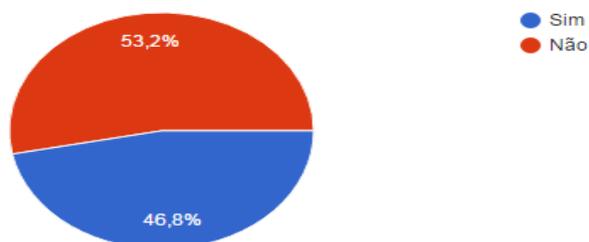
Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos entrevistados, apenas a minoria conhecem a fanpage do PROERD no Facebook. Mas, a maioria dos entrevistados que conhecem, acessam uma vez no mês e a minoria todos os dias.

Figura 13: Sobre a fanpage do PROERD.

14 - Você conhece a página do PROERD no Facebook?

158 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 14: Frequência de acesso a fanpage do PROERD.

15 - Se sim, com que frequência acessa?

77 respostas



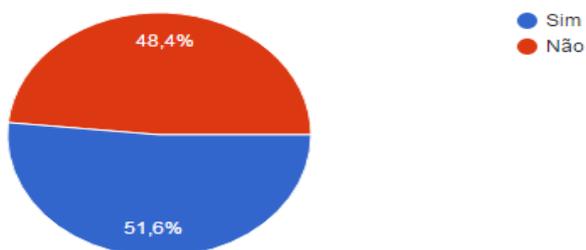
Fonte: Elaborado pelo autor.

Acerca da abrangência da fanpage do 19º BPM no Facebook, a maioria dos entrevistados conhece. Sendo que 42,2% acessam uma vez no mês; e, outros 42,2% acessam de uma a três vezes na semana.

Figura 15: Sobre a fanpage do 19º BPM.

16 - Você conhece a página do 19º Batalhão da Polícia Militar no Facebook?

157 respostas

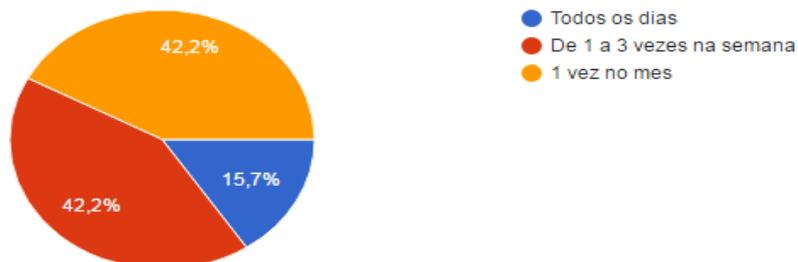


Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 16: Frequência de acesso a fanpage do 19º BPM.

17 - Se sim, com que frequência acessa?

83 respostas



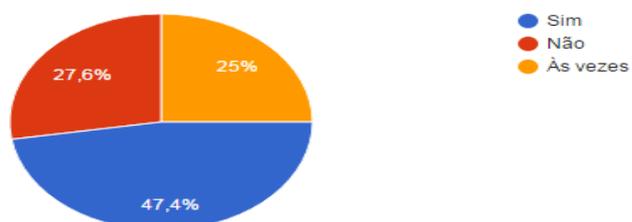
Fonte: Elaborado pelo autor.

Iniciando uma abordagem sobre o uso do Facebook como fonte de informação, e considerando que a maioria predominante dos entrevistados acessa com frequência esta rede social, questionou-se acerca do poder de influência das publicações postadas nas fanpages do PROERD e do 19º BPM quanto à imagem da polícia militar, e obtiveram-se os seguintes resultados:

Figura 17: Utilização do Facebook como fonte de informação.

18 - Você usa a página do Facebook como fonte de informação?

156 respostas

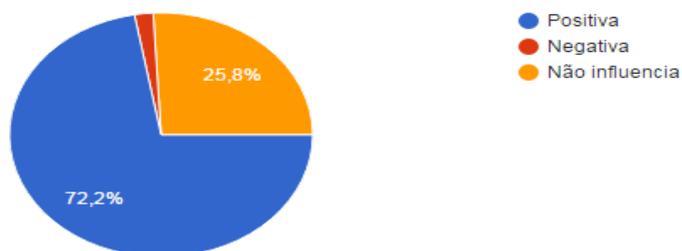


Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 18: Influência no pensamento acerca da Polícia Militar.

19 - O acesso as páginas do Facebook do PROERD e do 19º BPM, influencia de que forma no seu pensamento acerca da Instituição Polícia Militar?

151 respostas



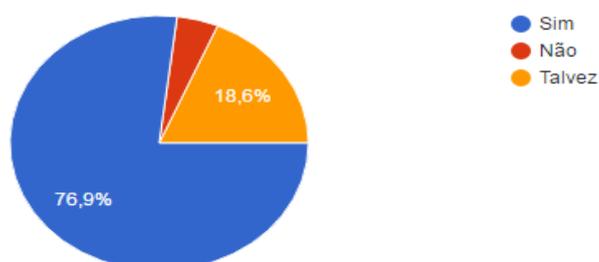
Fonte: Elaborado pelo autor.

Finalmente, no sentido de que a aproximação entre a comunidade escolar e a polícia militar pode ser aperfeiçoada através de uma rede social, objetivo principal desta pesquisa, a maioria dos entrevistados acredita nessa possibilidade.

Figura 19: Rede social virtual como ferramenta de aproximação entre a comunidade escolar e a polícia militar.

20 - No seu entendimento, uma rede social virtual como o Facebook, pode auxiliar na relação de proximidade da polícia militar com alunos, professores e pais?

156 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de sentir-se seguro foi a principal razão para os homens viverem agrupados. O fato de viver em sociedade, mesmo que em pequenos grupos, gerava sensação de proteção contra inimigos externos. Mas, para uma boa convivência em sociedade, certas regras precisavam ser cumpridas para a sobrevivência do grupo. Por este motivo, alguns componentes do grupo receberam a competência de policiar o cumprimento das regras sociais, e assim, nascia o embrião do que hoje chamamos de Polícia.

No decorrer do tempo, a polícia desempenhou seu papel das mais variadas formas. Na Grécia, a polícia foi pouco utilizada (necessária); em contrapartida, na república romana, se fez grande uso das forças policiais para manter a ordem na megalópole Roma. Já no período absolutista da Idade Média, a polícia – forças militares do monarca – se distanciou significativamente do povo e da sua função original. Nessa época, sob a vontade do poder da igreja ou do monarca, as ações da polícia visavam única e exclusivamente à manutenção do poder, a defesa territorial e a intimidação do povo para que não se insurgissem contra os monarcas, nem contra os dogmas da Santa Igreja. Somente no ano de 1829, em Londres, a polícia reaparece como organização desvinculada das forças armadas e com a função de manter a ordem pública e a segurança das pessoas.

O ato de policiar evoluiu e foi influenciado por diversas ideologias de polícia, dentre as quais se destacam: Ideologia Militarista, Ideologia de Controle Social, Ideologia Reativa e Ideologia Preventiva. Com base nessas ideologias de polícia, nas condições de seus Estados e em suas peculiaridades culturais, os países desenvolveram diversos modelos de polícia, sendo que no Brasil, os mais influentes foram o modelo anglo-saxão de polícia (descentralizado) e o modelo oriental (proativo). Este último é o único baseado na Ideologia Preventiva, ou seja, na escola oriental o trabalho das agências de preservação da ordem pública é centrado no tratamento proativo do crime, agindo sobre os elementos que possibilitam a prática do crime, quais sejam: um ambiente apropriado para a prática do crime, um agente disposto a praticar tal crime e uma vítima em potencial.

Todavia, estes modelos não se mostraram eficientes para resolver o crescente problema do crime e da violência que apresenta índices cada vez mais elevados. A criminalidade está presente em todos os locais, e a população não consegue mais ter ao menos sensação de segurança, pois é sabido que o policiamento reativo não é eficaz na erradicação da violência e da criminalidade. Os problemas de segurança pública devem ser observados com uma visão mais ampla, onde todos são corresponsáveis.

Com o advento das mudanças democráticas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, exigiram-se das polícias uma nova postura e uma ruptura com os antigos paradigmas da segurança pública. A procura incessante por respostas ao problema do crime e da violência, bem como a busca por adequar as polícias a um modelo democrático, levaram as polícias do Brasil ao encontro da Filosofia de Polícia Comunitária. Desse modo, o Brasil segue o mesmo caminho que trilharam os Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Espanha e outros países que encontraram na democratização das polícias a solução para inúmeros problemas de segurança pública através do policiamento comunitário.

Na Filosofia de Polícia Comunitária, a função da polícia não é apenas defender os interesses do Estado através do controle social como o modelo latino-francês apregoa, ou de patrulhar as ruas e controlar o crime atendendo as chamadas de emergência e prendendo criminosos, tal qual o modelo anglo-saxão. E sim, buscar a prevenção do crime, estabelecendo parcerias com a comunidade, identificando problemas e agregando recursos da polícia, Estado e comunidade na resolução dos conflitos existentes.

Em 2000, o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) que é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança do Brasil, seguido no ano de 2007, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), permitiram a participação da sociedade na elaboração das políticas públicas voltadas à segurança. Em Santa Catarina, bem como, em diversos outros Estados do Brasil, no encalço da participação da sociedade nos problemas de segurança, e motivados por incentivos da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), vem sendo, paulatinamente, implementada a Filosofia de Polícia Comunitária.

Na 1ª Cia do 19º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, como em outros batalhões de polícia do estado, a Rede de Segurança Escolar é ferramenta essencial para a prática do policiamento comunitário através das rondas escolares. Esse tipo de atuação objetiva prevenir que os crimes ocorram no ambiente escolar ou nas proximidades das instituições de ensino; e, além disso, atua junto à comunidade escolar na resolução dos problemas sociais.

Além da Rede de Segurança Escolar, existem outras iniciativas que aproximam a comunidade da polícia militar que também são praticadas na área do 19º BPM, como a Rede de Vizinho Solidário, PROERD e CONSEGs. Mas, o fato do sucesso da Rede de Vizinho Solidário por causa da interação dos integrantes por meio de um grupo do whatsapp, e das fanpages do PROERD e do 19º BPM no Facebook com números bastante interessantes de seguidores, direciona a atenção para o uso das redes sociais virtuais como aliada das ações de policiamento comunitário. Destaca-se que as redes sociais são um dos principais meios que a

sociedade dispõe para o compartilhamento da informação e do conhecimento e consequente solução de problemas, valendo-se das relações existentes entre seus integrantes.

Nessa conjuntura, denotou-se no presente trabalho que a sociedade convive em rede, mas atualmente prevalecem as redes sociais virtuais. E considerando que o Facebook é preferência mundial, o qual no mês de abril do ano de 2016 atingiu a marca de 1(um) bilhão de usuários acessando a página diariamente, analisou-se a possibilidade de utilizar as redes sociais virtuais para auxiliar o trabalho da Rede de Segurança Escolar, principalmente através do Facebook.

Assim, um questionário foi aplicado para os integrantes da comunidade escolar da área de competência da 1ª Cia do 19º BPM, o qual levou a verificação de que a maioria dos entrevistados possui uma conta em alguma rede social virtual, bem como conhecem a fanpage do 19º BPM no Facebook. Além disso, as informações compartilhadas nas redes sociais virtuais apresentam-se como um campo fértil para difundir a filosofia e divulgar as ações da polícia militar, pois a maioria dos entrevistados utiliza essas ferramentas virtuais como fonte de informação. E o mais importante, quando questionados sobre a possibilidade de aproximação entre a polícia militar e os pais, alunos e professores das escolas através de uma fanpage como do Facebook, as respostas foram positivas.

Portanto, ao final deste estudo pode-se concluir que os métodos ortodoxos de participação social, na era do conhecimento e da vida digital, não são ferramentas adequadas à transmissão de conhecimento e participação social democrática que a demanda da criminalidade exige para soluções adequadas, preventivas e duradouras. A utilização das TICs no policiamento comunitário escolar é alternativa com enorme potencial de sucesso, tendo em vista a abordagem dos assuntos referentes aos problemas de segurança pública através destas ferramentas ser mais atrativa para a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian et al. **Escola e violência**. Brasília: Unesco, 2003.
- ALEXANDER, Dan. **Using Technology to Take Community Policing to the Next Level**. 2011. Acesso em: 25 set. 2014.
- ANJOS, Nivaldo Nascimento dos. **Funcionalidade do sistema de segurança pública no Brasil e a violência social: um estudo** / Coronel PM BA Nivaldo Nascimento dos Anjos. Rio de Janeiro: ESG, 2011. 60 f.: il. Disponível em:
<http://www.esg.br/images/Monografias/2011/ANJOS.pdf> - Acesso 21/01/2017.
- ARAÚJO, Conceição. Artigo **O que são os blogs**. Disponível em:
<http://www.infoescola.com/informatica/o-que-sao-blogs/> - Acesso 17/04/2017.
- BACCIN, Leonardo Rincon Stankiewicz; CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. **Uma reflexão sobre a utilização das redes sociais como forma de auxílio à atuação da polícia comunitária**. Revista Ordem Pública. ISSN 1984-1809 v. 8, n. 2, jul./dez., 2015 e 2237-6380 A-CORS. <http://www.acors.org.br/rop.emnuvens.com.br/Rop> – Disponível em: <file:///C:/Users/Max/Downloads/131-252-1-SM.pdf> – Acesso em 16/04/2017.
- BARANKIEVICZ, Valdemar; **Patrulha Escolar- uma filosofia de polícia comunitária em apoio às escolas. Curitiba, 2012, 28 p.**
- BARROS, D., NEVES, C., SEABRA, F., MOREIRA, J. e HENRIQUES, S. **Educação e tecnologias: reflexão, inovação e práticas**. 2011. Lisboa: [s.n.], ISBN: 978-989-20-2329-8.
- BARUFFI, Helder; CIMADON, Aristides. **A metodologia científica e a ciência do Direito**. 2. Ed. Dourados: Evangraf, 1997.
- BICUDO, Hélio Pereira. **Violência – O Brasil cruel e sem maquiagem**. Edição Polêmica, Editora Moderna. 1994, São Paulo.
- BORDIN, Marcelo. **POLÍCIA COMUNITÁRIA: entre a retórica do estado e a prática cotidiana**. Revista Online Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, Curitiba, p. 349-368.2009. ISSN 2175-9596 – Disponível em: [file:///C:/Users/Max/Downloads/ssscla-2681%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Max/Downloads/ssscla-2681%20(4).pdf) – Acesso em 23/11/2016.
- BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. **Social network sites: Definition, history, and scholarship**. Journal of Computer-Mediated Communication, v.13, n.11, article 11, 2007. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html> . Acesso em 14/04/2017.
- BRASIL. **Constituições da República Federativa do Brasil, 1824 a 1969**.11ª Ed. São Paulo: Saraiva 1995.p.57.
- BREWER, John D. **Forças de segurança e legitimação policial**. Revista Unidade. Porto Alegre, n.30, p.10, abr/jun.1997. p .10.
- CAPELAS, Bruno. **Brasileiro que criou o instagram; Mike Krieger fala sobre futuro do aplicativo**. Matéria publicada em 11/12/2014. Disponível em <http://link.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiro-que-criou-o-instagram-mike-krieger-fala-sobre-futuro-do-aplicativo,10000029973> - Acesso em 22/04/2017.
- CHARLOT, Bernard; ÈMIN, Jellab, Aziz (Coord.). **Violences à l'école: état des savoirs**. Paris: Mason 7 Armand Colin, 1997.

COLOMBIER, Claire. **A violência na escola**. Tradução de Roseana Kligerman Murrayl. São Paulo: Summus, 1989.

COMMUNITY Policing Consortium. **Understanding Community Policing: A Framework for Action**. Washington: Bureau of Justice Assistance, 1994.

CRUZ, Ruleandson do Carmo. **Redes sociais virtuais: premissas teóricas ao estudo em ciência da informação** – TransInformação, Campinas, 22(3):255-272, set./dez., 2010.

DUARTE, Luiz Ricardo. **Aspectos da implantação e da avaliação do policiamento comunitário**. 2004. 94 f. Monografia (Especialista em Segurança Pública) – Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública. Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2004.

DYE, S. **Policing in local law enforcement: A commitment to getting out-of-the-car**. 2009. Acesso em: 25/09/2016.

FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FBI - Federal Bureau of Investigation. **Stories: The FBI on Facebook And YouTube**. And Twitterand More. 2009. Acesso em: 20/09/2016.

FERNANDES, Luís. **Redes sociais online e educação: contributo do Facebook no contexto das comunidades virtuais de aprendentes**. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa. Acedido em agosto, v. 29, p. 2012, 2011.

FIGUEIREDO, A. D. (1995) **What are the big challenges of Education for the XXI century: proposals for action, invited contribution for the preparation of the White Book on Education and Training**. Publicado em 22/05/2004. Disponível em: <http://eden.dei.uc.pt/~adf/whitebk.htm>.

FREITAS, J. **Internet na Educação – Contributo para a construção de redes educativas com suporte comportamental**. 2004. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Faculdade de Ciências e Tecnologias – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GONÇALVES, Luciana Barreto. **Seminário Integrado: Redes Sociais Virtuais e Ferramentas Colaborativas**. 2012. 50p. Curso de Especialização em Mídias da Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95663/000916560.pdf?sequence=1> - Acesso em 25/02/2017.

HENDEN, Pablo David. **Atuação preventiva ou reativa? Como policiar uma “imputável” sociedade**. Florianópolis/SC. 2010. 105fls. Disponível em: <http://biblioteca.pm.sc.gov.br/pergamum/vinculos/000000/0000004D.pdf> - Acesso em: 18/04/2017.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência no numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

Leka , Aline Regis. Grinkraut, Melanie Lerner. **A utilização das redes sociais na educação superior**. Revista Primus Vitam, Nº 7 – 2º semestre de 2014, 12fls. Disponível em: http://mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCH/primus_vitam/primus_7/aline.pdf - Acesso em 17/09/2016.

LÉVY, Pierre. **A inteligência Coletiva - por uma antropologia do ciberespaço**. Edições Loyola, São Paulo, 1999.

MACHADO, J.R.& TIJIBOY, A. V. **Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa**. Em: Revista Novas Tecnologias na educação. Volume 3. Número 1. CINTED – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/42899689/13798-48449-1PB.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1494298351&Signature=6DsNQIL8yA%2FEMCMVmaukeUWJrQM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DRedes_Sociais_Virtuais_um_espaço_para_ef.pdf – Acesso em 27/02/2017.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: Construindo segurança nas comunidades-Florianópolis**. Editora Insular, 2009. 232 p.

MARIA, Sabóia Obrzut Dulcelena. Programa de Desenvolvimento Educacional. Produção Didático-Pedagógica: **Unidades Didáticas para a composição de um caderno pedagógico**, Irati, p.06, Ago.2011.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. *Ci. Inf.* [online]. 2001, vol.30, n.1, pp.71-81. ISSN0100-1965.

MATOS, Márcio Giani Rosa de. **Redes Sociais e a Polícia Comunitária: estudo de caso dos CONSEGS do Vale do Araranguá** / Márcio Giani Rosa de Matos; orientador, Marcio Vieira de Souza - Araranguá, SC, 2015. 112 p. Disponível em: <http://posticsenasp.ufsc.br/files/2015/07/TCC-marcio.pdf> - Acesso em 21/09/2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **Redes sociais, mobilização e segurança pública: Evolução da rede de atores da segurança pública no processo preparatório da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**, Coordenação Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça – Ano I. Brasília, DF, 2009.

MUNIZ, Jaqueline. **A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional**. *Security and defense Studies Review*. Rio de Janeiro, p 192, v.1, PP 177-198, 2001.

PRIOTTO, Elis Palma. Boneti, Lindomar Wessler. **VIOLÊNCIA ESCOLAR: na escola, da escola e contra a escola**. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Max/Downloads/dialogo-2589.pdf> - Acesso em 12/03/2017.

PRIOTTO, Elis Palma. **Características da violência escolar envolvendo adolescentes**. In: Educere. Congresso de Educação da PUCPR, 6, 2006. Curitiba. Anais... Curitiba: Champagnat, 2006. p 16-28.

PUFF, Jefferson. **PM do Rio aposta em Whatsapp e Facebook para denúncias e lança manual para as redes**. 2015. Acesso em: 15/10/2016.

RAUEN, F. J.(2002). **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Editora Unisul.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet** – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Ciber-cultura) 191 p.

RIBEIRO, Dalnei; HOFFMANN, Marcos Erico. **O bullying e outras práticas de violência no ambiente escolar: a atuação da polícia militar de Santa Catarina**. CAMINHOS Revista online de divulgação científica da Unidavi, Especial Pós-Graduação: Gestão de Segurança Pública e Inteligência Criminal. Editora Unidavi, p 11. Ano 5 (n. 9) - Jan./Mar. 2014.

RIBEIRO, Lucas Cabral. **História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul**. Artigo publicado na Revista Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho /2011. Fls.21. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_ARQUIVO_textoANPUH.pdf - Acesso em 16/09/2016.

SÁ, Elizabeth Schneider de et al. **Manual de normalização de trabalhos técnicos científicos e culturais**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SENASP; **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária** / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 –Brasília– DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública: 2007.

SENASP; **Curso Nacional de Polícia Comunitária Escolar**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/144285365/Modulo2-Policciamento-escolar>. Acesso em: 15/07/2016.

SILVA, Paulo Henrique. **O que é um site**. Artigo Publicado em 24/03/2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-que-e-um-site/15908/> - Acesso em 13/04/2017.

SOUSA, Maíra de Cássia Evangelista de. **A dinâmica da notícia nas redes sociais na internet – Dissertação de Mestrado UFSC – Orientadora Dr^a. Raquel Ritter Longhi, Florianópolis, 2013**.

SOUZA, Márcio Vieira de; SIMON, Rangel Machado. **Redes Sociais e MOOCs: análise de mídias para uma educação em rede** – XI Congresso Brasileiro de Ensino a Distância 2014 Florianópolis/SC, 05 – 08 de agosto de 2014 – UNIREDE: p. 313-327.

SOUZA, Benedito Celso de. **A polícia Militar na Constituição**. Ed. Universitária de Direito, 1986, São Paulo.

TOMAEL, Maria Inês; ALCARA, Adriana Rosecler and DI CHIARA, Ivone Guerreiro. **Das redes sociais à inovação**. Ci. Inf.[online]. 2005, vol.34, n.2, pp. 93-104. ISSN 0100-1965

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX; Bonnie. **Policciamento Comunitário: como começar**. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky.2 ed. São Paulo:Editora Parma, 1999.p.4|5.

VARGAS, Sérgio Rogério Silva de. **Educação não escolar e política de segurança pública: tensões emergentes**. / Sérgio Rogério Silva de Vargas. UNOESC, 2015.112f.

_____, **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança** [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. - 2009.104 p. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down247.pdf> . Acesso em 13/08/2016.

Ficha de Identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Graduação Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Pires, Bruna da Silva. Rede de Segurança Escolar: uma análise sobre a possibilidade de aproximação entre polícia militar e a comunidade escolar através das redes sociais / Bruna da Silva Pires; orientadora, Luciana Bolan Frigo, 2017. 74 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, Curso de Especialização em Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada à Segurança Pública e Direitos Humanos, Araranguá, 2017.

Inclui referências.

1. Polícia Comunitária . 3. Polícia Comunitária Escolar. 4. Rede de Segurança Escolar. 5. Redes Sociais Virtuais. I. , Luciana Bolan Frigo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada à Segurança Pública e Direitos Humanos. III. Título.